



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS



THAMIRES MEIRA RODRIGUES

O PAPEL DAS ONGs NO BRASIL

Uma visão gerencial aplicada à causa animal

Limeira

2015



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS



THAMIRES MEIRA RODRIGUES

O PAPEL DAS ONGs NO BRASIL

Uma visão gerencial aplicada à causa animal

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas à Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Adriana Bin

Limeira

2015

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Ciências Aplicadas
Renata Eleuterio da Silva - CRB 8/9281

R618p Rodrigues, Thamires Meira, 1994-
O papel das ONGs no Brasil : uma visão gerencial aplicada à causa animal /
Thamires Meira Rodrigues. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Adriana Bin.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas.

1. Serviço social. 2. Organizações não-governamentais. 3. Terceiro setor. 4.
Animais - Proteção. I. Bin, Adriana, 1977-. II. Universidade Estadual de Campinas.
Faculdade de Ciências Aplicadas. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Título em outro idioma: The role of NGOs in Brazil: a managerial vision applied to the animal issue

Palavras-chave em inglês:

Social service

Non-governmental organizations

Third sector

Animals - Protection

Titulação: Bacharel em Gestão de Políticas Públicas

Banca examinadora:

Oswaldo Gonçalves Junior

Data de entrega do trabalho definitivo: 24-11-2015

Dedico o presente trabalho a todos os envolvidos com a causa animal.

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial aos meus pais, pelo amor incondicional, pelo apoio e por terem moldado meu caráter.

Aos meus colegas de trabalho pelas experiências vividas e pelo bom humor matinal. Em especial, agradeço a Carina Bonini, gerente, mentora e amiga, pelas oportunidades proporcionadas, pela confiança e pelo zelo.

À minha orientadora, Prof. Dra. Adriana Bin, por toda a atenção, esforço e compreensão ao longo da elaboração do presente trabalho.

À Maria Cecília Pizzinato e Michelle Crespo pela disponibilidade e prontidão no provimento de informações a respeito das ONGs Vira Lata Vira Vida e Patinhas de Anjo.

Aos meus fiéis amigos ao longo da graduação: Fátima Aoki, Flávio Gonçalves e Thalita Pelisson.

A Caroline Prochnow pela auxílio nas traduções.

A Jéssica Máximo, pelas palavras tranquilizadoras e pela motivação diária.

Aos meus companheiros felinos e caninos, por darem sentido a discussão da temática.

RODRIGUES, Thamires Meira. O papel das ONGs no Brasil: Uma visão gerencial aplicada à causa animal. 2015. 73f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão de Políticas Públicas). – Faculdade de Ciências Aplicadas. Universidade Estadual de Campinas, Limeira, 2015.

RESUMO

O presente trabalho partiu da interpretação histórica do vocábulo filantropia, desde sua concepção arraigada nos princípios da caridade cristã até sua desvinculação de viés religioso a partir da emergência dos movimentos sociais em prol dos direitos civis ocorridos ao longo da década de 1980 na América Latina. Durante essa contextualização discutiu-se a respeito da emergência do conceito de “ONGs”, na década de 1940, e também acerca da origem do “terceiro setor”. A maior notoriedade, porém, atribuída às ONGs e demais entidades pertencentes ao terceiro setor aconteceu apenas na década de 1980, onde ocorreram justamente os movimentos sociais acima elucidados como reflexo da crise do Estado de Bem-Estar Social. O caráter de surgimento das ONGs fez com que elas fossem divididas em dois grupos: as ONGs do Sul presentes na América Latina voltadas à luta dos direitos sociais e as ONGs do Norte presentes nos países desenvolvidos focadas a prestar auxílio às nações mais necessitadas. Após esse embasamento teórico iniciouse a abordagem as ONGs de amparo animal no Brasil, por meio da apresentação do cenário atual enfrentado e das tendências dessas organizações averiguadas através das publicações realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada), ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais) e GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), em 2004, 2008 e 2012 acerca do perfil das FASFIL (Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil). Os dados fornecidos por esses estudos juntamente com pesquisas realizadas em blogs e sites institucionais permitiram a caracterização do perfil padrão a maioria das ONGs de amparo animal no Brasil. A retificação desse perfil deu-se por meio de estudo de caso realizado junto a duas ONGs, uma em Rio Claro – SP e a outra em Piracicaba - SP as quais, embora em níveis de profissionalização distintos, apresentaram as mesmas dificuldades definidas como principais. Mediante os pontos críticos elencados pelos entrevistados e a literatura sobre o assunto, foram propostas sugestões de melhoria tangíveis com base na profissionalização da gestão a fim de melhorar a qualidade de vida dos animais assistidos.

Palavras-chave: Serviço social; Organizações não-governamentais; Terceiro setor; Animais – Proteção.

RODRIGUES, Thamires Meira. The role of NGOs in Brazil: A managerial vision applied to the animal issue. 2015. 73p. Dissertation of Completion Course (Graduation in Management of Public Policy). - Faculty of Applied Sciences. State University of Campinas, Limeira, 2015.

ABSTRACT

This monograph came from the historical interpretation of the word philanthropy, from conception rooted in the principles of Christian charity until his detachment from religious bias with social movements for civil rights that occurred during the 1980s in Latin America. During this context it was discussed about the emergence of the concept of NGOs whose first use in 1940 and also spoke about the origin of the "third sector". The greatest renown, however, attributed to NGOs and other entities belonging at the Third Sector only happened on decade 1980, when occurred precisely Social Movement Above elucidated Reflection as the crisis of the State Social Welfare. The emergence of NGOs eant that they were divided into two groups : Southern NGOs present in Latin America facing the fight for social rights and Northern NGOs present in developed countries focused to assist the neediest nations. After this theoretical foundation begins to approach the respective animal protection NGOs in Brazil, through the presentation of the current scenario faced and trends of these ascertained organizations through publications made by IBGE along with IPEA , ABONG and GIFE in 2004 , 2008 and 2012 about the profile of FASFIL. Data from these studies together with research in blogs and institutional sites allowed the description profile of most pet shelters of NGOs in Brazil. The rectification of this role was given through case study conducted with two NGOs, one in Rio Claro - SP and the other in Piracicaba - SP which, although at different professional levels, had the same main difficulties. By the critical points listed by respondents and the literature on the subject, suggestions were proposed for tangible improvements to increase the quality of life of assisted animals.

Keywords: Social service; Non-governmental organizations; Third sector; Animal – Protection.

LISTA DE QUADROS

| | | |
|----------|---|-------|
| Quadro 1 | Comparativo entre a ONG Patinhas de Anjo e a ONG Vira Lata Vira Vida..... | 50-51 |
|----------|---|-------|

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------------|---|
| ABONG | Associação Brasileira de ONGs |
| FASFIL | Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil |
| GADA | Grupo de Apoio e Defesa dos Animais |
| GIFE | Grupo de Institutos, Fundações e Empresas |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |
| ONG | Organização não-governamental |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OSCIP | Organização da Sociedade Civil de Interesse Público |
| SIDA | Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento |
| SINBFIR | Sindicatos das Instituições Benéficas Filantrópicas e Religiosas do estado de São Paulo |

SUMÁRIO

| | | |
|---------|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 1.1 | Definição do problema | 12 |
| 1.2 | OBJETIVOS | 15 |
| 1. 2. 1 | Objetivos Gerais | 15 |
| 1. 2. 2 | Objetivos Específicos | 15 |
| 1. 3 | METODOLOGIA | 16 |
| 2. | ONGs: um apanhado histórico-econômico-social | 18 |
| 3. | ONGs nacionais e internacionais: cenários e tendências | 27 |
| 4. | ONGs de amparo animal: da identificação da problemática a mobilização social | 33 |
| 5. | Estudo de Caso | 39 |
| 6. | Considerações Finais | 54 |
| 7. | Referências | 57 |
| 8. | Apêndice | 64 |

1 INTRODUÇÃO

1.1 Definição do problema

O processo de desenvolvimento econômico vivenciado pelo Brasil nos últimos anos traz consigo uma demanda cada vez maior por políticas públicas que atendam às necessidades da sociedade.

Embora a pressão social seja um fator que contribua para que determinados problemas de abrangência pública sejam colocados em pauta na agenda do governo, os recursos - tanto financeiros quanto de tempo - são limitados e, por esse motivo, muitas questões consideradas pertinentes acabam não sendo priorizadas na agenda política.

Nesse cenário, observa-se a emergência de atores movidos pelo ímpeto de transformação social, os quais, por meio de organizações não governamentais, tornam-se representantes da sociedade civil de modo a exercer pressão sobre o Estado para que as demandas do grupo que representam sejam atendidas e, ao mesmo tempo, complementem as atividades já executadas pelo mesmo.

As mudanças ocorridas no cenário nacional e internacional na década de 80, devido a crise do Estado de Bem Estar-Social e consequente ascensão do neoliberalismo, propiciariam uma redistribuição dos papéis dos atores sociais. O Estado reduziu suas funções, delegando-as ao terceiro setor. Assim, houve um fortalecimento da sociedade civil organizada a qual passou a exercer em conjunto com o Estado a promoção de qualidade de vida.

Quanto ao cenário brasileiro no presente século, as Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil – FASFIL, juntamente com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA, a Associação Brasileira de ONGs – ABONG e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE publicaram em dezembro de 2012 a seguinte pesquisa realizada em 2010 acerca do perfil das ONGs no Brasil:

Existiam oficialmente no Brasil, em 2010, 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - Fafil. Sua importância é revelada pelo fato de este grupo de instituições representar mais da metade (52,2%) do total de 556,8 mil entidades sem fins lucrativos e uma parcela significativa (5,2%) do total de 5,6 milhões de

entidades públicas e privadas, lucrativas e não lucrativas, que compunham o Cadastro Central de Empresas - Cempre, do IBGE. neste mesmo ano (p. 26).

As Fasfi I são entidades relativamente novas no Brasil: a maior parte delas (40,8%) foi criada no período de 2001 a 2010. Das 118,6 mil entidades nascidas na década, a metade (50,8%) surgiu nos últimos cinco anos, sendo que cerca de 4% a cada ano, evidenciando um crescimento regular no período. (IBGE, 2012, p. 30)

As instituições mais antigas, criadas até 1980, correspondem a apenas 12,7% do total das Fasfil e, não obstante, absorvem o maior percentual de pessoas ocupadas (47,3%). (IBGE, 2012, p. 30)

No conjunto das Fasfi destacam-se dois grupos de entidades: as voltadas para a defesa de direitos e interesses dos cidadãos e as religiosas. (...) Chama a atenção a participação reduzida das entidades de Meio ambiente e proteção animal: elas representam menos de 1% do total das Fasfil. (IBGE, 2012, p. 33)

Um contingente de 2,1 milhões de pessoas estava registrado como trabalhadores assalariados nas 290,7 mil Fasfil, em 2010. Isso representa cerca de $\frac{1}{4}$ (23,0%) do total dos empregados na administração pública no mesmo ano, 73,5% do total do emprego formal no universo das 556,8 mil entidades sem fins lucrativos e 5,8% do total de entidades empresariais existentes no Cempre. (IBGE, 2012, p. 37).

Apesar da vastidão do Terceiro Setor no Brasil, as ONGs enfrentam diversas dificuldades tanto para exercer suas funções, quanto para evitar a entropia negativa logo nos primeiros anos; ademais, encontram também dificuldades para encerrar suas atividades.

Captar recursos financeiros é um dos maiores desafios enfrentados por esses atores. Projetos desestruturados, principalmente de longo prazo, baixos incentivos fiscais e governamentais e problemas para encontrar parceiros são as principais queixas nesse quesito. Além disso, há falta de profissionais qualificados mediante uma ampla gama de pessoal bem intencionado, mas sem aporte técnico e de experiência para exercer determinados cargos. Por fim, questionam-se também possíveis sobreposições de funções, isto é, o Terceiro Setor assumindo responsabilidades pertinentes exclusivamente ao Estado. (Gouveia, 2007).

As dificuldades descritas são encontradas em todos os segmentos de atuação dessas organizações sem fins lucrativos, inclusive no âmbito de proteção animal, abordado pelo presente trabalho.

A preocupação para com a questão do bem-estar animal, com foco nos cães e gatos abandonados, faz-se cada vez mais pertinente, principalmente quando são analisados os dados publicados pela OMS - Organização Mundial da Saúde (Digitais PUC – Campinas, 2014), a qual relata que a população de animais

abandonados no Brasil, entre cães e gatos, está próximo aos trinta milhões. São cerca de cinco habitantes para cada cachorro nas grandes cidades, e cerca de quatro nas cidades de menor porte, sendo 10% desses animais em estado de abandono. Isto é, existem trinta milhões de cães e gatos em todo o território nacional que necessitam do amparo de ONGs como as que serão apresentadas ao longo do presente trabalho.

1. 2. Objetivos

1. 2. 1 Objetivo Geral

- Apresentar a tendência no cenário das Organizações não-governamentais no Brasil, com foco na problemática dos animais abandonados e analisar como se tem realizado o gerenciamento dessas associações.

1. 2. 2 Objetivos Específicos

- Discutir sobre as especificidades das ONGs no exterior e no Brasil;
- Caracterizar as ONGs de amparo animal no Brasil;
- Realizar estudos de caso em duas associações de amparo animal: Patinhas de Anjo de Rio Claro – SP e Vira Lata Vira Vida de Piracicaba - SP, comparando suas dificuldades e prováveis causas;
- Verificar as similaridades entre o diagnóstico obtido por meio do estudo de caso e a caracterização acerca das ONGs de amparo animal no Brasil feita anteriormente e, a partir disso, apontar sugestões de melhoria com foco na profissionalização da gestão.

1. 3. Metodologia

O método de pesquisa realizado envolveu, a priori, a contextualização histórica do conceito “filantropia” até sua evolução para as nomenclaturas terceiro setor e ONGs, apresentando as características gerais dessas organizações com base em literatura específica e suas respectivas modificações de significado. Em seguida, por meio primordial das publicações sobre as FASFIL (Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil), analisou-se o perfil e tendência das ONGs de amparo animal em território nacional.

Com base nas publicações acima citadas e também através de pesquisa realizada em sites institucionais de algumas ONGs de amparo animal foi possível estabelecer uma caracterização um tanto quanto padrão quanto ao gerenciamento dessas organizações em termos de nível organizacional observado.

Em sequência, realizou-se um estudo de caso com duas associações engajadas nessa problemática na região de Piracicaba, interior de São Paulo, as quais foram escolhidas em detrimento justamente de seus respectivos níveis de organização: uma delas com baixo nível de organização e a outra médio. Coletou-se informações presentes em websites e artigos publicados em jornal e também houve a aplicação de um questionário aos entrevistados que eram gestores das ONGs.

De acordo com Denzin e Lincoln (2001, apud César, 2006), a pesquisa de estudo de caso constitui um método científico qualitativo cujo enfoque se dá na compreensão da realidade a partir de um enfoque naturalístico. A justificativa de utilização dessa metodologia depende, para Yin (2001) das questões “como” e “por quê”, as quais delineiam a forma e a substância das indagações a serem exploradas. Além disso, há também baixo controle por parte do pesquisador frente a sua pesquisa.

Quanto ao Método de Pesquisa do Estudo de Caso descrito por Yin (2001, apud CÉSAR, 2006, p. 8) esse pode ser dividido em três fases: a. definição do referencial teórico utilizado como base para a pesquisa; a seleção dos casos e o desenvolvimento de protocolos para a coleta de dados; b. a condução do estudo de caso, com a coleta e análise de dados, culminando com o relatório do caso; c. a análise dos dados obtidos à luz da teoria selecionada, interpretando os resultados.

Nessa primeira fase (...) deve-se atentar para o desenvolvimento do protocolo, documento formal que contém os procedimentos, os instrumentos e as regras gerais a serem adotados no estudo e onde

estão listados: uma visão geral do projeto, com tema do mesmo, questões de estudo e leituras norteadoras; procedimentos a serem adotados para coleta dos dados (observação em campo, entrevistas, análise documental, etc.); plano de análise dos dados coletados, com discriminação da natureza das informações colhidas (informações descritivas, informações explanatórias) (YIN, 2001, p. 89-91).

Na segunda fase, segundo César (2006) faz-se a análise de documentos da organização pesquisada – como citado discriminado anteriormente; realizam-se entrevistas junto às pessoas que atuam nessa organização - no presente estudo de caso foram entrevistadas: Michelle Crespo (Patinhas de Anjo – voluntária ativa) e Maria Cecília Pizzinato (Vira Lata Vira Vida – membro do Conselho Fiscal/ Consultivo) – e outros meios de obtenção de informação, através de vídeos, por exemplo.

Por fim, ocorre a última fase a qual será responsável por interpretar os resultados obtidos a fim de relacioná-los com o apanhado teórico realizado a priori sobre o tema.

A dinâmica do método do estudo de caso acima disposto explicita de modo integral as etapas a serem traçadas ao longo do presente trabalho. Por meio de entrevistas junto aos responsáveis pelas ONGs, análise de materiais dispostos em sites institucionais e relatos em jornais, será possível compreender a dinâmica dessas organizações, de modo a comparar o que é colocado em prática por esses atores que se relacionam com os preceitos de administração elencados com base nas observações das atividades realizadas por outras ONGs que também atuam nesse segmento.

Após realizar os estudos sobre as duas associações de amparo animal serão propostas alternativas de curto e médio prazo tangíveis, com base na revisão bibliográfica disposta inicialmente e nos desafios constatados, a fim de melhor o desempenho auferido por ambas.

2. ONGs: um apanhado histórico-econômico-social

O presente capítulo tem como objetivo realizar a contextualização histórica dos conceitos que deram origem a nomenclatura ONGs - Organizações Não Governamentais, apresentando as peculiaridades referentes à tratativa dos termos – os quais sofreram adaptações culturais e geográficas, sem, todavia, afastarem-se da ideia central oriunda da filantropia -. Após, a discussão dar-se-á a tempo presente analisando o cenário atual de explosão do número de ONGs decorrente de mudanças econômicas e políticas que acabaram por diferenciar o perfil das que surgiram nos países em desenvolvimento e daquelas que surgiram nos países desenvolvidos.

A definição do que seriam Organizações Não Governamentais é bastante ampla, tendo em vista que essas instituições acabam sendo retratadas de modo genérico para denominar toda e qualquer associação civil sem fins lucrativos.

A ausência de teoria é que leva à pergunta eterna, dolorosa, até mesmo aborrecida, mas sempre legítima: o que é uma ONG? Se até hoje não há uma resposta para ela que não acabe sendo ou uma lista ou uma definição baseada no que não é, esse é um bom indicador da necessidade de haver uma teoria (ou um conjunto de teorias) para que se possa falar com mais clareza a respeito do fenômeno das ONGs. (BEBBINGTON, 2002, p. 108)

No Brasil, são qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público ou Entidades de Utilidade Pública. O termo também é utilizado como correlato a Terceiro Setor, embora, na realidade, seja apenas um dos atores que compõe essa esfera. A respeito dessas situações controversas, Landim (2002, p.216) denota:

Organização não governamental é expressão que traz a marca da polissemia, movendo-se num campo que se presta a várias apropriações ideológicas ou discursivas, possibilitando usos diversificados por diferentes atores – e, portanto, podendo constituir-se em objeto de polêmica e luta em torno desses usos.

Ao longo do presente capítulo abordar-se-á as prováveis causas de tal polissemia, de modo que se possa estender a discussão a tempo presente. Para tanto, faz-se se necessário uma abordagem a priori dos conceitos limiães e das respectivas evoluções que conferiram forma às atuais ONGs no cenário internacional e brasileiro.

Um conceito base fundamental para entender o ímpeto de justiça social que motivou a constituição das ONGs trata da filantropia. A filantropia, característica inerente às Organizações Não Governamentais, esteve presente em todas as sociedades das quais se tem conhecimento documentado. De origem grega, “philos” significa “aquele que gosta de”, e “anthropos” homem, logo, o “amor ao homem” promoveu mobilizações das mais distintas possíveis em prol de causas individuais e coletivas que visassem à busca por mudanças sociais, políticas e econômicas.

As práticas assistenciais vivenciadas ao longo da formação da sociedade, segundo Coutinho (2004 apud Barbé, 1995) podem ser compreendidas como um processo histórico composto por três períodos. O primeiro e segundo períodos, até o século XIX, vinculam-se ao crescimento das organizações religiosas, tendo como grande destaque neste segundo período as práticas da caridade cristã. Já no terceiro período, constituído a partir do final do século XIX, notou-se uma profusão de organizações com uma ampla gama de serviços assistenciais prestados.

Em relação aos períodos relatados acima, deve-se ressaltar o papel exercido pela Igreja Católica como principal provedora de amparo para famílias dispostas à margem da sociedade. No caso brasileiro, por exemplo, destacam-se as Santas Casas e Ordens Terceiras instituídas por volta do século XVI e as quais se responsabilizavam por asilos, orfanatos e hospitais, sendo esse último segmento mantido até hoje sob sua tutela.

A partir da caridade cristã é que se pôde avançar em direção ao entendimento da filantropia:

A filantropia pode ser entendida, grosso modo, como a laicização da caridade cristã, ocorrida a partir do século XVIII, e que teve nos filósofos das luzes seus maiores propagandistas. O fazer o bem, o socorro aos necessitados, deixa de ser uma virtude cristã para ser uma virtude social (...). (SANGLARD, 2003, p. 1095)

A virtude social e não mais cristã defendida por Gisele Sanglard é ilustrada quando do primeiro uso do termo ONG, aplicado pelos países fundadores da ONU (Organização das Nações Unidas), na década de 40, para nomear as associações responsáveis por projetos humanitários ou de interesse público no período pós-guerra (Landim, 2002). Segundo Tavares (1999, p.17 apud CALEGARE; JUNIOR, 2009, p. 135), essa nomenclatura fora inserida “no artigo 71 da Carta das Nações Unidas, que restringia suas atuações à esfera de competência

do Conselho Econômico Social (ECOSOC). A definição do que se tratava uma ONG, de 1946, era a de “todas aquelas não estabelecidas por acordo intergovernamental”. No Brasil, por sua vez, “a expressão se referia, principalmente, às organizações de “Cooperação Internacional”, formada por Igrejas (católica e protestante), organizações de solidariedade, ou governos de vários países” (COUTINHO, 2004, p. 58), isto é, a caridade cristã fez-se presente na primeira concepção brasileira do termo até sua posterior interpretação datada da década de 80.

Essa transição epistemológica e social tornou-se mais evidente no terceiro período do processo histórico das práticas assistenciais definidas por Coutinho (2004) anteriormente, quando o Estado aproximou-se mais das políticas sociais até então sob a égide da caridade religiosa. De acordo com Hudson (1999), nos Estados Unidos, essa assimilação deu-se a partir de 1840, quando esse ator central direcionou seus esforços junto à educação.

Todavia, embora tenha se efetivado uma maior atuação do Estado junto aos serviços públicos a partir do século XIX, ainda segundo Hudson (1999 apud CHARNET; CHAMON; CAMARINI, 2006, p. 2322),

(...) as organizações continuaram como principais provedoras de serviços assistenciais até 1948. A partir desta data há uma inversão de valores, uma vez que o Estado aumenta sua participação nos setores assistenciais o papel do setor voluntário passa a ser percebido como suplementar aos serviços do Estado, e não mais paralelo. A atuação do setor voluntário, foi então reduzido, na medida que o Estado assumia hospitais e outros serviços oferecendo atendimento mais completo e descentralizado.

Essa nova fase vivenciada pelo Estado e pelo terceiro setor é elucidada por Ross (1974, p. 783 apud SANGLARD, 2003, p. 1095):

(...) caridade está circunscrita à esfera da ação: a do cristianismo, conquanto a filantropia tenha um fator limitador: a ação do Estado. A existência de um Estado de bem-estar social acaba por restringir as ações de instituições de caráter voluntário e filantrópico.

O Estado de Bem-Estar Social surgiu, assim, com o intuito de reestruturar os países vitimados pela Segunda Guerra Mundial. Também denominado como Estado-protetor, esse modelo preconizava a maior intervenção desse ator a fim de diminuir as desigualdades sociais - deflagradas ainda mais no período pós-guerra -, de modo a suprir as necessidades coletivas por meio do fortalecimento da figura provedora do Estado em detrimento às incertezas pertencentes à providência religiosa. (Rosanvallon, [199-?] apud Meireles; El-Aoua, 2002)

A partir da década de 70, devido a inúmeras obrigações sociais internalizadas pelo aparelho estatal, o Estado de Bem-Estar promovido nos países capitalistas entrou em crise e os ideais neoliberais em defesa do mercado como principal ator do desenvolvimento ganharam força.

Assim, o novo modelo neoliberal começou a ser implantado pelos governos da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), com maior destaque para a Inglaterra e para os Estados Unidos onde foram efetivadas:

(...) privatizações, desregulamentação, reforma fiscal, descentralização e, principalmente, redução da aplicação de recursos na área social. Essas mudanças foram decisivas, sob essa nova ótica, inclusive por contribuir para realçar as chamadas “ONGs”, organismos não governamentais sem fins lucrativos, que assumiriam o papel de ocupar espaços, sobretudo no âmbito social, deixados pelos governos que adotaram políticas e estratégias neoliberais. (MEIRELES; EL-AOUA, 2002, p.6)

Logo, nesse novo cenário de menor intervenção estatal houve a ascensão das organizações do terceiro setor, dentre as quais, as ONGs.

Sobre a efervescência desse novo setor e algumas de suas vastas causas, Salamon (1998, p. 5) destaca que este decorre de:

(...) várias pressões, demandas e necessidades advindas das pessoas, como cidadãos, das instituições e até dos próprios governos. Ele reflete um conjunto nítido de mudanças sociais e tecnológicas, aliado a continua crise de confiança na capacidade do Estado.

Para MEIRELES; EL-AOUAR (2002, p.3-4) as motivações são similares:

(...) surge então a oportunidade de focar a perspectiva de ação das ONGs (Organizações Não-Governamentais) num cenário em que o Estado participa cada vez menos no processo de mercado, diante da necessidade de intervir, sobretudo, em inúmeros entraves sociais que demandam algum tipo de ação com vistas na minimização de conflitos e na satisfação das necessidades coletivas.

Os Estados Unidos foram os responsáveis pela emergência da nomenclatura terceiro setor e, por conseguinte, de suas primeiras utilizações. Embora a história de formação da nação norte-americana seja reconhecida desde o início por ideais de caridade, filantropia e associativismo voluntariado, a institucionalização dessas práticas é recente, consolidando-se a partir da década de 50.

A utilização do termo “Terceiro Setor” deu-se nos Estados Unidos, na década de 70, para identificar um setor da sociedade composto por organizações

sem fins lucrativos, voltadas para a produção ou a distribuição de bens e serviços públicos. No entanto, caiu em desuso na década seguinte, sendo substituída por "setor não lucrativo" – nonprofit sector – (SMITH, 1991).

O nonprofit sector, ou "setor não lucrativo" caracterizava-se por englobar as entidades de caráter voluntário, cujas finalidades eram as ações de caridade, financiadas por doações, e sem fins lucrativos (CALEGARE; JUNIOR, 2009, p. 132). Essa nomenclatura, com base central no associativismo e voluntarismo, fora utilizada em sua maioria junto à "produção teórica de pesquisadores influenciados pela cultura norte-americana". (RODRIGUES, 2004, p. 19)

O que se fez notar em relação tanto à expressão "terceiro setor" quanto "setor não lucrativo" é que ambas mostraram-se limitadas quanto à representação da totalidade de entidades sem fins lucrativos e de finalidade pública que ganhavam cada vez mais notoriedade no final da década de 80 e começo da década de 90 e, além disso, sofriam adaptações terminológicas regionais, isto é, enquanto nos Estados Unidos adotava-se o vocábulo "Setor Não Lucrativo", no Reino Unido adotava-se "Setor de Caridade" e na França, "Economia Social". As próprias organizações não governamentais (ONG), cujo maior destaque deu-se justamente nesse período acabaram não sendo incluídas nessa categoria de entidades, pois atuavam em grande parte com "movimentos por direitos humanos, combate à pobreza e desenvolvimento econômico do terceiro mundo" (RODRIGUES, 2004, p. 45). Essas diferenciações e exclusões dificultavam os estudos que propunham analisar os impactos dessas entidades nas economias nacionais.

A aglutinação dessas literaturas foi alcançada por intermédio da pesquisa internacional do Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project, responsável por repensar a nomenclatura "terceiro setor" – esquecida desde a década de 70 - e promover a uniformização da mesma (Alves, 2002).

A respeito desse projeto comparativo, Rodrigues (2004, p. 32-33) transcreveu:

O projeto (...) se estende até os dias de hoje, tem o objetivo imediato de mensurar o impacto do terceiro setor sobre as economias nacionais dos diversos países pesquisados, tornar o terceiro setor mais visível, nas diferentes realidades nacionais e possibilitar comparações entre os países. As dificuldades de definição sobre quais organizações podem ou não ser consideradas como pertencentes ao terceiro setor foram as bases para (...) a criação de uma definição estrutural/operacional, a partir da qual foi possível

levantar organizações do terceiro setor em cada país e compará-las entre si.

A definição estrutural/operacional definida por Salamon (1998) classifica as organizações pertencentes ao Terceiro Setor desde que essas apresentem as cinco características, impreterivelmente:

(...) formalização, ou seja, que apresentem alguma forma de institucionalização quer seja pelo registro público de suas atividades, quer seja por outras formas que justifiquem a sua existência formal (...); natureza privada, ou seja, institucionalmente separadas do Estado (organizações não-lucrativas, para este projeto, não são parte do aparato do Estado, nem são dirigidas por conselhos formados majoritariamente por representantes de governos); não distribuição de lucros, ou seja, se houver excedentes de natureza econômica, estes não podem ser de forma alguma repassados a sócios ou membros, mas revertidos para a própria atividade-fim; auto-gestão, ou seja, são capazes de controlar a gestão de suas atividades; e a participação voluntária quer seja em suas atividades, em sua gestão ou em sua direção. (ALVES, 2002, p. 8)

.Na visão de Alves (2002), os critérios adotados pelo projeto acabaram por excluir muitas entidades que não atendiam a totalidade dos mesmos e, ademais, o autor criticou o viés estadunidense inerente a retomada do antigo termo. Assim, ele suscitou definições alternativas sobre o terceiro setor.

A definição de maior notoriedade abordada é defendida por David Horton Smith e por David Billis: a existência de uma quarta categoria no mundo social denominada setor doméstico – onde “os problemas sociais são resolvidos por parentes, amigos, vizinhos em caráter particular”. (BILLIS, 1993, p. 10 apud ALVES, 2002, p. 10)

Embora essas críticas sejam válidas, a “nova” concepção do Terceiro Setor deflagrou o que Salamon (1998) intitulou como revolução associativa global, isto é, um dimensionamento que transcende as barreiras geográficas e culturais - até então internalizadas por esse setor-, devido ao crescimento em escala mundial do número de organizações privadas autônomas e das organizações privadas sem fins lucrativos.

O reconhecimento do aporte desse ator é essencial para que se possa entender a dinâmica das organizações que o compõe, entre as quais, as ONGs e suas respectivas formações sociais.

Conforme já destacado, a crise do Estado de Bem-Estar Social escancarou a fragilidade do Estado frente às demandas populares, as quais, com a

adoção do neoliberalismo - de início pelos países de primeiro mundo -, acabaram sendo parcialmente assumidas pelo terceiro setor. Isto é, nos países de primeiro mundo, as ONGs ganharam notoriedade como intermediárias entre o primeiro setor (Estado) e o segundo setor (Mercado) e responsáveis por suprir as necessidades coletivas descentralizadas das funções estatais.

Na América Latina, porém, o cenário de concepção dessas organizações esteve ligado à luta em movimentos sociais contrários aos governos ditatoriais instaurados e, por conseguinte, em prol da democracia. Assim, as ONGs na América Latina imputaram-se como catalisadores de aspirações tanto políticas quanto sociais.

A fim de trazer a tempo presente o perfil das ONGs dos países de primeiro mundo e compará-lo ao das ONGs brasileiras – definidas como representantes das demais ONGs latino-americanas - é necessário discorrer acerca da evolução histórica dessa nomenclatura e da própria construção do terceiro setor frente à realidade nacional, o qual também apresenta particularidades distintas das já retratadas cujo influencia está no “setor não-lucrativo” norte-americano.

Um importante componente do terceiro setor brasileiro, as entidades que se identificam como organizações não-governamentais foram as primeiras a se organizar coletivamente e a apresentar sua identidade e seus valores comuns à sociedade, baseadas na negação do assistencialismo e promoção da defesa de direitos. Entretanto, a conformação que o terceiro setor adquiriu e as expectativas que foram desenvolvidas sobre este setor quanto ao seu papel na sociedade não foram aquelas que as ONGs advogavam. De fato, foi à revelia e com a oposição das ONGs brasileiras que se construiu o espaço chamado terceiro setor. (FALCONER, 1999, p. 3)

Conquanto a institucionalização das organizações sociais seja recente nos Estados Unidos, muito embora as ações voluntárias e filantrópicas já ocorressem desde a formação dessa nação, o quadro é análogo no Brasil, mantendo, inclusive, as bases da caridade cristã. Durante todo o período colonial, até o início do século XIX, consolidou-se uma associação entre Estado e Igreja Católica a fim de oferecer amparo junto às famílias vitimadas pelas problemáticas sociais (BNDES, 2001). O estigma da caridade cristã só veio a sofrer modificações no início do século XX, quando cedeu “terreno à emergência de três novos valores que viriam a delimitar o campo das ONGs no Brasil”. (NETO, 2013, p. 47)

Assim, Neto (2013) denota que o primeiro passo, ou primeiro valor, em direção a formação das ONGs no Brasil esteve ligado a intensificação da presença da Igreja no Brasil junto às classes populares. As organizações de leigos católicos puderam, por esse motivo, aproximar-se das reivindicações defendidas por essas classes mediante os movimentos que as mesmas lideravam, no período de regime militar. O efeito disso foi uma gradual e progressiva ressignificação da militância católica, a qual assistiu a internalização de ideais político-sociais em detrimento aos então aspectos religiosos preponderantes.

O florescer de uma nova consciência política acabou conduzindo grande parte desses militantes ao afastamento da própria Igreja”. Estava dado, portanto, o primeiro passo em direção à formação do campo das ONGs no Brasil: a incorporação da dimensão política na prática altruísta. (NETO, 2013, p. 47)

O segundo passo, efetivado durante a década de 80, tratou da definição de uma identidade coletiva própria a essas organizações, isto é, estabelecer uma autonomia junto aos movimentos sociais, até mesmo porque esses movimentos alcançavam dimensões cada vez maiores e a assessoria prestada por essas organizações pouco poderia agregar diante desse novo patamar. Assim, após inúmeros congressos e debates houve a institucionalização das ONGs.

O primeiro registro da palavra ONG no Brasil teve lugar em 1986, por ocasião do “Encontro Nacional de Centros de Promoção Brasileiros”. (...) outro passo importante foi dado em 1991, por ocasião da fundação da Associação Brasileira de ONGs (ABONG). Dentre suas primeiras tarefas, a ABONG se ocupou em elaborar um cadastro das ONGs nos país, organizar a participação das ONGs na ECO 92, estimular a cooperação entre elas e com os movimentos sociais (ABONG, 2006 apud NETO, 2013, p. 48-49)

O terceiro e último passo constituiu-se na popularização das ONGs ao longo da década de 90 – “(...) passaram então a ser vistas pelo Estado como parceiras estratégicas” (NETO, 2013, p. 48) e na profusão de novas problemáticas que essas organizações passaram a abordar. Em relação as conquistas pertinentes a década de 90, destacam-se aspectos jurídicos que passaram a oferecer maiores respaldos junto ao trabalho dessas organizações. Nesse quesito grande importância foi dada a Lei 9.790, de março de 1999, também conhecida como novo marco legal do terceiro setor, tendo em vista que esse possibilitou:

(...) novos critérios de classificação das entidades sem fins lucrativos de caráter público, inclusive reconhecendo outras áreas de atuação social antes não contempladas legalmente; as novas possibilidades

no sistema de articulação entre as instituições de direito privado e público; e, a possibilidade de remuneração dos dirigentes das instituições sem fins lucrativos. (BNDES, 2001)

A Lei acima fora sancionada durante o mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso, o qual atribui a Lei do Terceiro Setor uma correlação com o marco da Terceira Via, a fim de expor a necessidade de parcerias entre as organizações pertencentes a esse setor e o próprio Estado e cujos consequentes efeitos Calegare; Junior (2009, p. 144) expuseram ao discorrerem sobre o que seria uma “política da Terceira Via”:

(...) entende-se um programa de modernização geral da economia, do sistema político e do sistema de Bem-Estar Social, na qual se busca a harmonia no capitalismo e na democracia, expressa através de uma teoria de economia, política e sociedade contemporâneas, resultando na redefinição dos papéis dos organismos que compõe essas esferas.

A redefinição de papéis citada acima relata justamente a proeminência das ONGs como atores cuja atuação tanto política quanto social ocorre de modo complementar as funções exercidas pelo Estado e, como abordado por Salamon (1998,) esse fenômeno não se limita ao Brasil, ao contrário, ele é registrado em escalas globais em países desenvolvidos ou em fase de desenvolvimento, constituindo, assim, a revolução associativa global – nomenclatura utilizada pelo próprio autor. Esse cenário fecundo é retificado pelo número crescente de organizações não governamentais sem fins lucrativos que se tem formado desde o final do século XX.

Uma pesquisa de 1982 junto a organizações sem fins lucrativos provedoras de serviços sociais em 16 comunidades norte-americanas indicou que 65% haviam sido criadas após 1960. O número de associações privadas disparou de modo semelhante na França, com mais de 54 mil criadas somente em 1987 (...)

Esse fenômeno é ainda mais marcante nos países em desenvolvimento (...) Na Índia, a Village Awakening Movement (...) está ativa em milhares de vilas. Bangladesh ostenta cerca de 10 mil organizações não-governamentais registradas. (...) há relato de algo como 27 mil organizações sem fins lucrativos no Chile e 2 mil na Argentina. (SALAMON, 1998, p. 6)

Em detrimento a profusão de ONGs que se tem observado em escala mundial, tanto em quantidade quanto em atividade fim, o presente trabalho conduzirá sua análise sob as organizações brasileiras optando, a posteriori, por aquelas que se responsabilizam pelo amparo animal.

3. ONGs nacionais e internacionais: cenários e tendências

Não obstante a ascensão das Organizações Não-Governamentais no Brasil tenha ocorrido junto a promulgação da Constituição Cidadã, apenas no século XXI é que houve um levantamento estatístico adequado a fim de que se pudesse construir o perfil dessas entidades

No ano de 2004 foi lançada a primeira edição de um trabalho intitulado “As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil – 2002”, após esse lançamento houve também mais duas edições, lançadas em 2008 e 2012. Esse trabalho pioneiro foi desenvolvido em conjunto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE, a fim de promover a caracterização das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL, no Brasil em 2002 e também expor o panorama de crescimento apresentado por essas fundações entre os anos de 1996 e 2002.

Quanto às fundações alvo dessa pesquisa estabeleceu-se que, para que houvesse a intitulação de FASFIL, as organizações teriam que se enquadrar em todos os seguintes critérios:

- (i) privadas, não integrantes, portanto, do aparelho de Estado;
- (ii) sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podem até gerá-los desde que aplicados nas atividades fins;
- (iii) institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas;
- (iv) auto-administradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e
- (v) voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores. (IBGE, 2004)

Em relação aos dados obtidos notou-se um aumento de 157% no número de entidades enquadradas, passando de cento e cinco mil em 1996 para duzentos e setenta e seis mil. A publicação referente a 2005, por sua vez, apresentou um total de trezentos e trinta e oito mil entidades, um aumento de 22,6% em relação ao número de entidades registradas em 2002. Já em 2010, foram duzentas e noventa mil e setecentas entidades, representando uma queda de 14% em relação à 2005.

Apesar da desaceleração verificada na última pesquisa, pode-se dizer que prevalece uma tendência ao crescimento do número de entidades enquadradas como FASFIL. Além disso, em relação a outros quesitos que denotam o cenário de profissionalização que vem sendo observado nessas entidades, verificou-se: uma recuperação de postos de trabalho formais que haviam sofrido uma queda em 2005, a elevação das remunerações do pessoal ocupado e também foram mantidos as principais atividades-fim executadas por essas entidades - defesa de direitos e interesses dos cidadãos.

A tendência de expansão do número de ONGs, como verificado nos dados acima referentes ao caso brasileiro é também internacional. A maior autonomia dada às organizações não governamentais como efeito de um modelo neoliberal cuja atuação do Estado passa a responsabilizar-se apenas por atividades-chave constitui uma das motivações para esse quadro. Ademais, as externalidades da globalização como o encurtamento das distâncias e a aproximação junto às problemáticas dos demais países também são fatores primordiais para a compreensão dessa tendência.

(...) atores transnacionais, mais sensíveis à moderna ciência, à tecnologia e às mudanças econômicas e ecológicas, têm quebrado o monopólio do Estado na administração e governo do sistema internacional, respondendo às profundas mudanças nos padrões da tecnologia [...] que fizeram com que as sociedades nacionais se voltassem para a problemática contida nos temas que afetam o bem-estar econômico, a saúde física e psíquica dos indivíduos de outras sociedades além das fronteiras. (VILLA, p.21, 1999)

Devido ao contexto de ascensão das ONGs na América Latina e demais países em desenvolvimento - por meio de movimentos populares a favor da consolidação da democratização política-, tais organizações concentraram-se e ainda concentram-se em atividades voltadas a diminuição das desigualdades sociais e defesa dos direitos das populações locais. Por conta dessa característica de atividade-fim, a literatura utiliza a nomenclatura “ONGs do Sul” para referir-se a tais organizações.

Já nos países desenvolvidos, as ONGs surgiram no período pós Segunda Guerra Mundial como organizações humanitárias de caráter não representativas e privadas voltadas a reconstrução dos países devastados por esse episódio. Essas organizações, por sua vez, receberam a terminologia “ONGs do Norte” e hoje, por sua vez, mantêm grande atuação junto aos problemas sociais vivenciados por

países em desenvolvimento, principalmente no Leste Europeu e África, no presente século.

As ONGs do Norte, também denominadas ONGs transnacionais ou internacionais são atores que atuam em conjunto com as ONGs do Sul sendo responsáveis em grande parte pelo financiamento direto dessas.

(...) as agendas das ONGs baseadas no norte são a expressão de suas próprias sociedades, das quais elas recebem seus recursos materiais, enquanto que a maioria das ONGs sulistas dependem de apoio de fora de seus países. Sendo assim, o mundo das ONGs não é uma rede de iguais, mas é fundado sobre uma estrutura hierárquica de poder. (SORJ, 2005, p. 33)

Na década de 1960, o repasse das ONGs do Norte para as do Sul alcançou 2,7 milhões de dólares (Balbin, 2005). “Entre 1975 e 1985, em países periféricos, houve um aumento de 1.400% de assistência ao desenvolvimento canalizado pelas ONGs” (SANTOS, 1998, apud MEIRELES; EL-AOUA, 2002, p. 10). Em 1989 as transferências de recursos foram próximas a seis bilhões e quatrocentos milhões de dólares. (Villa, 1999)

Além do notório aumento de recursos financeiros transferidos, alguns países europeus, tais como Suécia e Noruega, também participam dos processos de formulação dos princípios que regem o modus operandi de utilização dessas verbas por parte dos países do Sul (Silva, 2013).

Tomando como exemplo quanto a tratativa dada ao auxílio internacional, destaca-se o papel assumido pela Suécia. Por meio da SIDA (Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento), a qual é responsável pela coordenação da cooperação a outros países, e atuando em consonância com a Política Sueca para o Desenvolvimento Global aprovada pelo governo em 2003, foram desembolsados, em 2011, três bilhões e novecentos e sessenta milhões de dólares, dos quais 53% destinaram-se as organizações multilaterais como a ONU (Organização das Nações Unidas) e outros 19% para as ONGs locais, nacionais e internacionais (Silva, 2013). Em 2012 e 2013, embora tenha ocorrido uma queda nos valores distribuídos, esses ainda permaneceram na casa dos bilhões, sendo dois bilhões e seiscentos e quarenta milhões em 2012 e dois bilhões e trezentos e setenta milhões em 2013.

O papel sueco torna-se ainda mais destoante quando comparado aos demais países. Desde 1975 a Suécia - em decisão tomada pelo seu Parlamento -

transfere cerca de 1% de sua Renda Nacional Bruta anual à cooperação internacional, sendo esse valor superior aos 0,7% estabelecidos pela Cúpula Mundial da ONU em 2005 (Silva, 2013)

As ONGs suecas fazem parte dos canais bilaterais de transferência de recursos, atuando como agentes de apoio em complementariedade ao papel assumido pelo Estado.

O termo utilizado oficialmente pelo governo sueco para referir-se às ONGs é “CSOs – Civil Society Organizations” que pode ser traduzido como OSC –Organizações da Sociedade Civil. Desde 2009, o governo sueco define uma OSC como: “uma organização auto-governada (self-governing) caracterizada por esforços voluntários e que em algum grau seja independente de qualquer estado, municipalidade e mercado, e que conduz suas atividades sem fins lucrativos, geralmente com base em valores comuns.” (BILLING, 2011, p.18 apud SILVA, 2013, p. 105).

Como relatado anteriormente, a eficiência das ONGs do Norte, das quais as ONGs suecas fazem parte, relaciona-se diretamente ao cenário em que surgiram, marcado pelo “trabalho missionário e o voluntariado, que têm sua origem nos movimentos de protesto contra as condições sociais, políticas e econômicas do país em meados do século XIX” (SILVA, 2013, p.100). Essas duas vertentes foram responsáveis diretas por um sentimento nacional de cooperação para o desenvolvimento o qual defende que, através do fornecimento de meios que elevem-nos a esse patamar, os países pobres serão capazes de emergir da condição de pobreza instaurada.

Embora a literatura se utilize dessa distinção entre ONGs do Norte e ONGs do Sul, é pertinente salientar que, como defende Bebbington (2002), essa divisão é imaginária. Cada uma possui suas particularidades em termos de gestão, origem e pessoal, porém, devem ser avaliadas como atores que se interligam em redes internacionais de cooperação, de modo a fortalecerem-se para a defesa de determinadas temáticas – como a ambiental, por exemplo – e, assim, conseguem pressionar os governos locais a fim de que esses cumpram com as suas respectivas agendas locais.

A partir, então, de uma análise holística das ONGs, sejam elas do sul ou do norte, nota-se que as dificuldades enfrentadas são semelhantes. A crescente valorização e destaque dados a essas organizações impuseram a elas um conjunto de competências cada vez mais exigentes que, apesar de propiciarem a

profissionalização desses atores, também tiveram como efeito a centralização de recursos.

ONGs de atuação global tem maior facilidade em capturar recursos dada a solidez de sua história, sua capacidade midiática de publicização de campanhas, o poder que possuem para atrair pessoal qualificado e o padrão de accountability que adotam.

Como elucidado por Sorj (2005), a predominância de poder em algumas grandes organizações acaba por criar uma forte barreira à entrada de pequenas e médias ONGs, o que representa um prejuízo para a sociedade civil de modo geral, tendo em vista que quanto maior o distanciamento desses atores da realidade doméstica, mais difícil torna-se a participação da sociedade civil junto ao pleito de determinadas problemáticas de alcance e especificações locais.

Não obstante as dificuldades postas às novas entrantes, essas também devem adequar-se a uma gradual burocratização, sobrepondo o amadorismo outrora vigente a fim de conseguirem recursos, seja por meio de algum dos entes federados, empresas privadas, agências multilaterais, agências bilaterais ou doações físicas.

No caso brasileiro, observa-se uma baixa significância quanto as transferências financeiras realizadas pela administração público junto às ONGs, quando comparado ao montante destinado as demais entidades sem fins lucrativos. De acordo com essa publicação, entre 2003 e 2011 houve repasse de vinte e nove bilhões de reais através de trinta e seis mil convênios firmados entre o governo federal e entidades sem fins lucrativos. Se forem analisados somente os valores destinados às ONGs, esse número cai para quatro bilhões divididos entre quatro mil e trezentos convênios, o que comprova a baixa participação das ONGs como convenientes de recursos públicos.

Ainda em relação a publicação acima citada, uma alternativa para a melhor compreensão da composição dos recursos captados pelas ONGs deu-se por meio

(...) da pesquisa TIC - Organizações Sem Fins Lucrativos realizada pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação (CETIC, ligado ao Conselho Gestor da Internet). Divulgado pela primeira vez em 2013 com dados referentes ao ano anterior, o estudo ouviu 3.546 organizações de todo o país, incluindo ONGs, sindicatos, igrejas, universidades filantrópicas e outras, para estudar seus hábitos e estratégias de uso de tecnologias da informação. Mas, ainda que não fosse seu objetivo principal, o

estudo reuniu dados interessantes sobre financiamento. Segundo ele, 26% das entidades ouvidas declararam que sua principal fonte de recursos são mensalidades e anuidades pagas por associados; e outros 24% afirmam ser doações voluntárias. As entidades que declararam ter nas três esferas de governo seus principais apoiadores somam 24% do total. (ABONG, 2014, p. 7-8).

Esses dados mostram que não há uma completa dependência dessas organizações para com os recursos federais, mas, ao mesmo tempo, em detrimento ao sigilo dos dados encaminhados à Receita Federal, também não é possível efetuar afirmações precisas acerca das fontes de recursos dessas entidades.

A diversidade de fontes de recursos é importante para as organizações não governamentais não ficarem submetidas às intempéries que possam vir a afetar os cenários econômico, social e político das agências de cooperação internacional e também da própria esfera federal.

O verdadeiro desafio que as ONGs de hoje enfrentam e debatem cada vez mais em todo o mundo é como negociar suas relações com os apoiadores financeiros (o estado, agências internacionais, fundações e empresas). Isso envolve sua burocratização crescente, por causa da necessidade de ajustar-se às demandas externas dos doadores e às relações de poder desiguais entre as ONGs do norte e do sul. Em lugar de ignorar as tendências correntes, o desafio é redefinir a relação da sociedade civil com o estado, com o sistema político e com o mercado. (SORJ, 2005, p.13)

Administrações transparentes e geridas por profissionais devidamente habilitados são a via para a melhoria e diversificação da capacidade arrecadatória das ONGs. Por meio dessas medidas é que ocorre a aproximação junto a um estado de autogestão que desmistifique a imagem espúria que ainda possa haver sobre a gestão de recursos desses atores, e ao mesmo tempo, que seja capaz de estreitar os vínculos com a sociedade civil através da democratização de suas políticas públicas.

4. ONGs de amparo animal: da identificação da problemática a mobilização social

A abordagem da temática de proteção animal por parte das ONGs no Brasil deve ser precedida pela contextualização jurídica dos atores legalmente envolvidos e seus respectivos deveres. Sendo assim,

“Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§1º- para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade” (CF, 1988).

Em relação aos aparatos jurídicos de outros países, pode-se citar o caso da França, cuja Lei nº 76.629/76 disciplina “a proteção da natureza e menciona que o animal é sujeito de direito” e “o Código Penal tipifica e prevê pena para maus-tratos, para crueldade e para abandono voluntário de animais” (CANEPARO, 2014, p. 37)

Dados apresentados pela OMS (Organização Mundial da Saúde) estimam que em 2014 havia cerca de 30 milhões de animais em situação de abandono somente no Brasil. Esse é um cenário evidente de um problema de Saúde Pública em decorrência das doenças, agravos e eventos de saúde constantes na Lista Nacional de Notificação Compulsória definida pela portaria do Ministério da Saúde Nº 1.271 de 6 de Junho de 2014, a qual destaca 18 doenças e agravos de notificação compulsória como sendo de origem animal. (Diário Oficial da União, 2014).

Os cães e gatos são agentes que interferem na promoção da saúde, positiva ou negativamente, dependendo da guarda responsável e das políticas públicas implantadas, seja para a estabilização dessas populações e prevenção das zoonoses e demais agravos que esses animais possam produzir ao indivíduo e coletividade, seja para o bem-estar dos próprios animais (GARCIA, 2006, apud GARCIA; MALDONADO; LOMBARDI, 2008, p. 107).

Contudo, ademais os problemas de saúde pública, o direito a proteção dos animais é desrespeitado quando esses são vítimas de abandono e outras tantas crueldades, como elucidadas a seguir.

A respeito das políticas públicas acima citadas pode-se afirmar que sofreram uma evolução importante, considerando que anterior a publicação do 8º informe técnico da Organização Mundial da Saúde datado de 1992, a prática da eutanásia era uma alternativa vigente para o controle da população canina e felina. Somente com a divulgação desse informe é que a OMS passou a preconizar “a educação da comunidade e o controle de natalidade de cães e gatos, anunciando que todo programa de combate às zoonoses deve contemplar o controle da população canina como elemento básico, ao lado da vigilância epidemiológica e da imunização” (BARRENO, 2009, pg.). A respeito das medidas específicas a serem tomadas para controle populacional e também para evitar o abandono, a OMS também dispôs nesse informe as seguintes ações:

a) controle da população através da esterilização; b) promoção de uma alta cobertura vacinal; c) incentivo uma educação ambiental voltada para a guarda responsável; d) elaboração e efetiva implementação de legislação específica; e) controle do comércio de animais; f) identificação e registro dos animais; g) recolhimento seletivo dos animais em situação de rua. (SOUZA, 2014, p. 114)

A responsabilidade quanto a problemática compete tanto a União, quanto aos estados e aos municípios. Porém, como deflagrado nos dados alarmantes já dispostos, as medidas executados por esses atores embora tenham sido eficazes quanto ao aspecto profilático, não foram suficientes para conter a superpopulação de animais domésticos abandonados.

Devido a essa lacuna oriunda de um serviço público limitado, novas demandas sociais emergiram e como resultado dessa movimentação da coletividade houve a criação de inúmeras organizações não governamentais voltadas a defesa da causa animal. A evolução dessas organizações no Brasil foi retratada pelas publicações realizadas em 2004, 2008 e 2012 pela FASFIL juntamente com o IBGE, o IPEA, a ABONG e o GIFE.

Essas pesquisas consideraram como entidades pertencentes credenciadas pela FASFIL no âmbito de meio ambiente de defesa animal as seguintes:

- As associações de defesa do meio ambiente, ecológicas, e de proteção da natureza;
- As atividades dos hospitais veterinários para tratamento cirúrgico e odontológico;
- A assistência veterinária em estabelecimentos agropecuários, domicílios e consultórios;

- O diagnóstico clínico-patológico em animais;
- Os serviços de vacinação em animais.
- Os serviços de esterilização em animais;
- As atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais e reservas ecológicas.
- Atividades de ambulâncias para animais. (IBGE, 2004, p. 141)

De acordo com a publicação de 2004, referente ao ano de 2002, as entidades de promoção da preservação ambiental e proteção animal (foram classificadas em conjunto) representavam 0,58% do total de duzentas e setenta e seis mil entidades existentes, porém, quando comparado aos dados de 1996 notou-se um crescimento de 303% no número de entidades engajadas nesse âmbito. Das mil quinhentas e noventa e uma entidades, mil duzentas e oitenta e duas foram criadas a partir de 1991, o que constitui 81%. Os poucos mais de três mil profissionais assalariados representavam 0,2% do total de pessoal assalariado por essas entidades, um aumento de 65% em comparação a 1996 e uma das que melhores remunerações: cerca de 5,2 salários-mínimos.

Na segunda edição do trabalho publicado em 2008 acerca do comportamento das FASFIL no Brasil no ano de 2005 e também sobre as alterações pertinentes ao intervalo de 2002 (referente ao primeiro estudo) a 2005, averiguou-se que as duas mil quinhentas e noventa e duas entidades de meio ambiente e proteção animal constatadas em 2005 representaram “um percentual de crescimento de 61,0%” em relação a última pesquisa, “isto é, muito superior à média nacional (22,6%)” (IBGE, 2008). Houve um crescimento também de 5,5% em relação às entidades criadas a partir de 1991. O número de profissional assalariados sofre um acréscimo de 25%, o que, entretanto, não modificou a participação relativa junto ao total geral de pessoal ocupado. A remuneração médica diminuiu para 4,3 salários-mínimos.

Quanto à terceira edição da pesquisa lançada em 2012 e a última publicada até o presente momento, essa buscou observar o perfil das FASFIL no Brasil em 2010 e a evolução entre 2006 e 2010. De modo geral, devido a aplicação de nova metodologia para classificação das entidades houve uma redução de 22,6% do total de entidades enquadradas, sendo essa redução de 30,6% para o segmento abordado. Porém, no período de 2006 a 2010, as FASFIL apresentaram um crescimento menor do que os períodos anteriores, na ordem de 8,8%, todavia, em relação às entidades de meio ambiente e proteção animal, essas mantiveram a tendência verificada nos anos anteriores e exibiram um crescimento de 14,7%.

Nesse mesmo período houve um crescimento de 28,6% do pessoal ocupado. Quanto ao período de fundação, 89% surgiram a partir de 1991.

Os dados acima dispostos retificam justamente a explosão de ONGs voltadas à proteção animal, porém, a grande maioria enfrenta inúmeras dificuldades provocadas pelo amadorismo.

Em decorrência da ausência de literatura sobre a administração das ONGs em geral e, muito mais difícil quando o tema é focado no amparo animal, a fim de se definir um perfil padrão da maioria das entidades envolvidas nessa causa, realizou-se pesquisa junto a sites institucionais e em redes sociais das ONGs que atuam na proteção animal em conjunto com experiências próprias adquiridas pelo contato com voluntários de organizações desse segmento.

Assim, com base nas informações contidas nos sites institucionais e páginas em redes sociais das ONGs: Cão Sem Dono (2015), Meu Amigo Cão (2015), Viva Bicho (2015), PATA (2015), ONDA (2015), APASFA (2015), OPAR (2015), AICA (2015) e HUMANIMAL (2015) foi possível realizar as constatações e interpretações pessoais descritas a seguir.

Essas organizações se dedicam primordialmente a três frentes de atuação. A primeira referente ao recolhimento de animais abandonados (encontrados nas ruas ou mesmo entregues pelos seus tutores caso eles optem por não mais permanecer com os animais), o tratamento veterinário e medicamentoso, se necessário, o provimento de um lar temporário e as ações que se destinam a adoção responsável. A segunda frente trata do auxílio a tutores cujos animais domésticos fugiram, atuando através da divulgação do caso em veículos de comunicação e também por meio da participação de busca dos animais perdidos. A terceira frente é a divulgação de campanhas de conscientização quanto a adoção responsável, cuidados para com os animais, campanhas de castração, vacinação e contra os maus tratos.

O processo de recolhimento e tratamento de animais debilitados é extremamente custoso e, por vezes, as organizações não conseguem atender toda a demanda. Mesmo com a colaboração de médicos veterinários que realizam procedimentos por preços mais acessíveis ou até mesmo gratuitos, as ONGs de pequeno porte dependem exclusivamente das contribuições da sociedade para exercerem sua atividade e essa dependência de recursos financeiros torna

praticamente impossível realizar planejamentos de médio e longo prazo, o que representa uma das barreiras enfrentadas por essas organizações.

A questão dos recursos físicos também é de suma importância. Muitas não tem espaços físicos para oferecer lar temporário aos animais e, por esse motivo, contam com o apoio de protetores que se responsabilizam pelos cuidados dos cães e gatos até a posterior adoção dos mesmos ou prestam assistência a abrigos de animais que possuam instalações próprias. Quanto à primeira situação ocorre novamente uma relação de dependência das ONGs, nesse caso para com os protetores, o que limita os recolhimentos e também gera maiores preocupações quanto a procriações e contágio de doenças devido às superpopulações existentes nesses lares temporários.

Quanto aos recursos financeiros citados anteriormente esses são compostos por: doação direta de medicamentos, vitaminas, leites especiais, rações ou pagamento direto dos tratamentos, ou através de colaboração monetária mensal sem um fim específico, colaboração destinada a um fim específico divulgado pela ONGs (como a compra de uma medicação, por exemplo), venda de camisetas e souvenirs, venda de rifas e participação em eventos locais através da cessão por parte da prefeitura de barracas e/ou stands.

Os recursos humanos e organizacionais também são um problema. Ainda que os diretores tenham um enorme conhecimento prático para lidar com a problemática, e embora muitas das ONGs de pequeno porte consigam funcionar por meio de um modelo de gestão desburocratizado, ocorre uma demasiada centralização de informações e conhecimento junto ao alto escalão e, devido à falta de documento de operacionalização das práticas e procedimentos padrões e também de comunicação horizontalizada junto aos demais colaboradores, as organizações passam novamente a um status de dependência, desta vez, para com seus dirigentes – os detentores do conhecimento. Além disso, é válido salientar também que ONGs desse porte possuem poucos voluntários ativos que atuam na parte administrativa, o que também gerando uma sobrecarga de trabalho.

Ainda sobre a questão dos recursos organizacionais há um vasto número dessas ONGs - e aqui faço uma crítica pessoal-, o que é maléfico para a defesa da causa em si, pois a aglutinação dessas poderia oferecer uma estrutura formal, de controle, coordenação e reputação melhores, possibilitando que houvesse uma

administração mais robusta e com mais ferramentas que propiciassem práticas transparentes.

Assim que as ONGs alcançam um alto grau de transparência em suas práticas conseguem pleitear pelo título de OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, cuja finalidade é:

(...) facilitar o aparecimento de parcerias e convênios com todos os níveis de governo e órgãos públicos (federal, estadual e municipal) e permite que doações realizadas por empresas possam ser descontadas no imposto de renda. (CARDOSO; CARNEIRO; RODRIGUES, 2014, p. 10).

Um exemplo de ONG que recebeu essa qualificação foi a Ampara Animal. Através desse novo título conseguiram recursos destinados a adaptação de “um micro-ônibus num ambulatório-móvel, para atender animais de comunidades carentes do nosso país” (AMPARA ANIMAL, 2015). Assim, ampliaram sua vertente de participação incluindo junto a conscientização, adoção, e auxílio a protetores animais independentes, a castração. Essa conquista, segundo a visão do Modelo VRIO de Barney (2011), representaria uma força e competência distinta e sustentável em decorrência do seu valor, sua raridade, custo para imitar e por ser explorada pela organização.

Submetendo agora a análise de ONG de grande porte frente a causa animal é imprescindível abordar o trabalho realizado pela World Animal Protection criada em 1950. A atuação dessa organização é em escala global junto a defesa de proteção e bem-estar de todo e qualquer animal sujeito a sofrimento e/ou abandono e também através da conscientização junto as comunidade quanto a importância dessa causa. Em 1981 adquiram o status consultivo da ONU (e até hoje mantem-se como única organização nesse segmento que possui essa interlocução direta com a ONU) e nos anos 1990, passaram a ter também representação junto a Comissão Europeia.

5. Estudo de Caso

Esse capítulo tem como objetivo apresentar os estudos de caso realizados em duas organizações não governamentais de amparo animal, uma na cidade de Rio Claro – SP e outra em Piracicaba – SP. Através desse estudo pretendeu-se mostrar que, embora as estatísticas retratadas ao longo do presente trabalho denotem um aumento expressivo no número de organizações engajadas nessa problemática, a profissionalização ainda não tem sido adotada de forma integral nesse âmbito, havendo em realidades similares disparidades quanto ao nível organizacional observado, o que, porém, não afeta a capacidade de ambas as organizações lograrem êxito em sua missão, ainda que sofram simultaneamente com a grande dependência de recursos e de voluntariado.

A escolha dos casos baseou-se na proximidade de três aspectos tidos como fundamentais: localização, tempo de fundação e atividades-chave realizadas, isto é, ambas localizam-se em cidades próximas, tem praticamente o mesmo tempo de fundação e realizam as mesmas atividades-chave. Tal critério fora assim definido a fim de possibilitar a comparação da evolução apresentada pelas variáveis gerenciais dessas ONGs, cujo estágio de vida coincide e as quais estão submetidas ao mesmo contexto regional.

O principal instrumento de coleta de dados utilizado foi a aplicação de um questionário fechado de múltiplas alternativas. Também houve o complemento das informações obtidas por meio de pesquisa documental nos websites das respectivas organizações e também por consulta às notícias veiculadas em jornal.

Quanto ao questionário, esse foi composto de 25 questões, dentre as quais se utilizou escala nominal, intervalar e de Likert. As perguntas foram organizadas em blocos dispostos na seguinte sequência: 1º - Atividades Realizadas; 2º - Ferramentas de Gestão; 3º - Recursos Humanos; 4º - Histórico, Estrutura Física e Relação com o Meio; 5º - Captação de Recursos; 6º - Prestação de Contas; 7º - Futuro Almejado e Desafios.

Dado o papel decisivo que as ONGs assumem junto as políticas públicas, como no caso dos animais abandonados, suas respectivas atividades-chave denotam o foco do trabalho, isto é, onde alocam esforços para melhorar a qualidade de vida do seu público-alvo, por exemplo, através do incentivo a adoção responsável.

O segundo bloco tratou das questões relacionadas a gestão das ONGs de modo holístico e extremamente conciso, abordando desde a definição clara e a todos os envolvidos com a organização acerca de sua missão, visão e valores, sobre a existência de manuais de procedimento padrão até a realização ou não de atualização periódica dos respectivos websites. Pretendeu-se através desse bloco esclarecer atividades que contribuíssem para definir o perfil de cada ONG estudada em termos de profissionalização.

Os recursos humanos, temática do terceiro bloco, constituem a base e o diferencial das organizações modernas, dada a substituição da concepção do “Homo Economicus” – remetente ao modelo industrial sob uma ética “paternalista” opressiva, por uma visão de “homem que aprende” – remetente ao modelo pós-industrial, no qual os indivíduos dão forma a estrutura organizacional por meio de suas relações internas, crenças e interesses particulares.

No âmbito das ONGs, por sua vez, há uma dependência muito maior para com seus recursos humanos, visto que tais são compostos essencialmente por trabalho voluntário, como demonstra a publicação de 2010 referente as FASFIL. Das 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL) contabilizadas, 72,2% (210,0 mil) não possuíam qualquer tipo de trabalho assalariado, mantendo-se exclusivamente através do voluntariado.

Após os questionários acerca dos recursos humanos sucederam as perguntas referentes ao histórico, estrutura física e relação com o meio por parte das ONGs, com base na importância da continuidade das atividades exercidas pelas organizações, da estrutura física que possuem como fator definidor de sua capacidade limitante de atuação e as relações com o meio como reflexo das trocas de conhecimentos tácitos junto as outras ONGs também de defesa e proteção animal.

O quinto bloco abordou a captação de recursos, assunto de suma importância para compreender quais são as fontes de financiamento das entidades e o grau de exploração de cada uma, com vista a necessidade de diversificação das fontes de financiamento das ONGs de modo geral e como isso contribui para a segurança dessas organizações em casos de instabilidades econômicas, principalmente.

A transparência e clareza na prestação de contas - sexto bloco - é um dos meios de viabilização da captação de recursos, pois permite que os financiadores

tenham pleno conhecimento acerca da destinação de tais recursos e de como os mesmos estão sendo geridos. Além disso, quanto aos colaboradores que já realizam doações às organizações, há um aumento da possibilidade de fidelização e até ampliação das transferências que realizam quando medidas de accountability começam a ser colocadas em prática.

O sétimo e último bloco encarregou-se do futuro almejado e desafios. Quanto ao futuro, a questão envolveu a consecução ou não de algum título, com base na facilitação para a obtenção de recursos empresariais e na possibilidade de pleito a repasses e incentivos públicos que se sucederiam. Quanto aos desafios, as alternativas dispostas para serem assinaladas como presentes ou não foram definidas com base nas dificuldades mais recorrentes às ONGs, de modo em geral, e que foram abordadas ao longo dos blocos anteriores.

O questionário aplicado segue no Apêndice A.

Caso 1: Grupo Patinhas de Anjo

A primeira entidade abordada foi o Grupo de Voluntárias Patinhas de Anjo de Rio Claro. A formação dessa associação de amigas voluntárias relacionou-se a situação de vulnerabilidade apresentada por um abrigo de animais da cidade de Rio Claro (o GADA – Grupo de Apoio e Defesa dos Animais) que, repentinamente, foi obrigado a retirar os animais de seu local original por conta de uma reapropriação de posse e teve que realocá-los em uma chácara sem nenhuma condição de hospedá-los. Nesse contexto é que houve o início das atividades do Grupo Patinhas de Anjo, com o intuito de contribuir na manutenção das atividades do GADA nessa nova instalação.

De início, o Grupo de Voluntárias realizou a arrecadação de ração, medicamentos, recursos financeiros para reformas na chácara e a para contratação de uma veterinária, com o objetivo de que esta pudesse atuar junto aos animais que sofriam com sarna, doenças, brigas e cruzamentos. Após este início de atividades voltadas ao suporte de outra ONG com dificuldades, a associação passou a atuar por conta própria junto à causa animal da cidade, em 10 de julho de 2010, motivada principalmente pelo grande número de casos de abandono e animais necessitados de ajuda.

Sem infraestrutura própria, a ONG Patinhas de Anjo constou desde o início com a colaboração dos protetores de animais independentes que ofereciam suas instalações para o acolhimento dos animais resgatados pela ONG.

Atualmente a associação é formada por cinco mulheres que dedicam parte do seu tempo para esta atividade voluntária. São elas: Cristiane Oliveira, Ivana Valério, Joseli Tinen, Kelley Gasparotto e Michelle Crespo.

O objetivo do grupo é o controle dos animais de rua (focando na castração e na guarda responsável dos animais domésticos) e o auxílio de animais (cães e gatos) carentes, abandonados ou em situação de risco.

Com base no questionário respondido por Michelle Crespo – voluntária desde 2011 – constatou-se alguns aspectos relativos ao gerenciamento da associação que merecem destaque.

Sobre as atividades realizadas, o questionário trouxe como informação destacada que a associação, além de divulgar campanhas sobre os direitos animais, também defende o veganismo, o que denota um apelo mais radical ainda quanto a questão do bem-estar animal e que transcende a barreira de política pública e chega até a problemática do estilo de vida da população. Embora esse ponto não aborde a questão gerencial ele relata uma atividade diferenciada realizada pela ONG.

O segundo bloco de questões referente às ferramentas de gestão explicita algumas lacunas importantes observadas: não há clareza entre todos os voluntários quanto a missão, visão e valores da ONG; não é realizado um planejamento anual de gastos e receitas; não se utilizam de sistema informatizado para gestão; não possuem padronização de procedimentos documentados; não mantém o website atualizado e não avaliam a eficiência do trabalho por meio de indicadores. Dentre os pontos a serem melhorados é válido salientar que as maiores dificuldades seriam encontradas apenas na padronização documental dos procedimentos, pois trata-se de um processo trabalhoso e demorado o qual sempre que necessário deve ser atualizado em conformidade com as atividades praticadas e também haveria dificuldade quanto a medição da eficiência do trabalho por meio de indicadores, pois tais indicadores variam conforme o que se pretende avaliar e há também a necessidade de se manter tal prática por um longo período - dado o intervalo temporal escolhido - para que possa ser definido um parâmetro de comparação para as avaliações subsequentes.

Ainda relação ao segundo bloco de questões, a ONG apresentou pontos positivos, como a elaboração de Planejamento Estratégico a curto, médio e longo prazo, a realização de controle financeiro rígido, transparente e de fácil entendimento e uma comunicação interna horizontalizada. Os indicadores para avaliação da eficiência do trabalho acima elucidados poderiam ser definidos em consonância com as metas e objetivos pertinentes ao planejamento estratégico já em prática na organização; devido ao controle financeiro rígido e transparente que vigora haveria uma facilitação para tornar a gestão informatizada; por fim, a comunicação horizontalizada poderia beneficiar-se através da elaboração documental dos procedimentos padrões, pois como a informação já é difundida internamente, por meio desse documento haveria também uma difusão das práticas operacionais, o que permitiria que o know-how não ficasse restrito a determinados voluntários que poderiam desligar-se na entidade.

Quanto as questões que envolviam recursos humanos notou-se que a ONG Patinhas de Anjo conta com 8 voluntárias, dentre as quais todas possuem ensino superior completo, 5 atuam na administração direta havendo, entre estas, uma com formação específica na área, e apesar do grau de instrução apresentado não há qualquer termo de adesão ao voluntariado assinado, seja por essas voluntárias ativas ou pelos voluntários esporádicos, ainda que a Lei do Voluntariado tenha sido sancionada em 1998. Quanto a essa constatação há duas suposições que podem existir ou não em simultaneidade: há pouca divulgação acerca da legislação referente ao terceiro setor e a presente ONG se enquadraria àquelas que desconhecem a Lei do Voluntariado, ou conhecem-na, mas não assinam qualquer termo pois dedicam mais de 2 horas diárias ou 10 horas semanais as atividades ligadas pela Organização, como restringe essa Lei, ou não conhecem-na e excedem a carga horária estipulada ao trabalho voluntário.

Após a abordagem aos recursos humanos sucedeu-se para o Histórico, Estrutura Física e Relação com o Meio. Acerca do Histórico notou-se a importância da não interrupção das atividades no decorrer desses cinco 5 anos, o que, se comparado ao mesmo período de tempo no Segundo Setor, representaria a superação do maior período de mortandade das organizações. Quanto a estrutura física, como acima explicitado, a ONG conta hoje apenas com os lares dos protetores independentes para realizar os acolhimentos dos animais resgatados e as doações físicas recebidas, como rações e medicamentos, ficam armazenados na

loja de uma das voluntárias. Por fim, a organização realiza troca de experiências positivas com as demais ONGs envolvidas no amparo animal, embora esses atores também sejam mencionados como fator de desafio no último bloco de questões.

As questões pertinentes a captação de recursos explicitaram que os parceiros mais importantes para a manutenção das atividades da ONG são a sociedade e o comércio local. Quanto às fontes de recursos identificadas como mais importantes elencou-se: doações físicas e jurídicas; recursos dos próprios voluntários, venda de rifas e eventos realizados pela própria associação. Nesse ponto é válido salientar que, apesar de contar com a sociedade e o comércio local, os recursos dos próprios voluntários da organização ainda permanecem importantes, realidade essa que deve ser minimizada caso a ONG deseje alcançar maior profissionalização.

Notou-se também acerca da captação que há pouca exploração dos recursos de empresas nacionais e internacionais, embora muitas possuam verbas e projetos destinados justamente ao Terceiro Setor, como é o caso Suécia, tratado no decorrer do presente trabalho.

O sexto bloco tratou da prestação de contas, a qual é realizada pela organização por meio da exibição de comprovantes de pagamento e recebimento – quando doação monetária -, e da divulgação de fotos quando ocorrem doações em bens materiais. Tal divulgação dá-se através das mídias sociais como site e Facebook para que tanto os próprios membros da organização quanto a sociedade em geral tenha acesso.

No que diz respeito aos desafios enfrentados, primeira parte do último bloco, vale destacar os considerados emergenciais pela entrevistada: a dificuldade de conseguir voluntários, a escassez de recursos e o comodismo gerado na população. A dificuldade de adesão ao voluntariado pode ser justificada por vários fatores, desde falta de interesse, até a grande quantidade de outras entidades do Terceiro Setor na cidade que podem ter internalizado muitos voluntários. Quanto à escassez de recursos, essa situação aflige praticamente todas as organizações não governamentais e umas das causas disso é a pouca quantidade de fontes de recursos exploradas, o que torna as organizações ainda mais dependentes. Por último, destacou-se o comodismo gerado na população o que, na realidade, é uma externalidade não prevista que acaba por contrapor todo o trabalho da organização, pois, ao invés da sociedade tornar-se parceira dessa causa, muitos, na realidade,

acabam por sobrecarregar o trabalho da organização por considerarem-na obrigada a atender todas as ocorrências e, desse modo, livram-se de quaisquer responsabilidades cívicas para com animais de terceiros e também seus próprios animais. Entre todos os desafios elencados, esse aparenta ser o mais difícil de combater, pois trata-se de aspectos culturais

Quanto as metas para o futuro, segunda parte do último bloco, a entrevistada disse que a associação não pretende qualificar-se com títulos, mas que busca melhorar o trabalho em prol de um atendimento de maior qualidade aos animais abandonados (tratamento e adoção) e, além disso, também pretendem aumentar o número de cães e gatos assistidos e, conseqüentemente adotados, tendo em vista que atualmente não conseguem suprir a demanda por recolhimentos.

Caso 2: Vira Lata Vira Vida

A outra ONG abordada é a ONG Vira Lata Vira Vida. O histórico de fundação da ONG tem início em abril de 2009, quando a proprietária de um abrigo de cães com mais de 500 animais pediu ajuda à população piracicabana para salvar seus animais que se encontravam em precárias condições de vida, sem ração ou tratamento veterinário.

A imprensa noticiou a situação e a população se mobilizou em socorro à estes animais, realizando mutirões no local para doação de ração. Depois disso, um grupo de protetores independentes (que não se conhecia) assumiu as tarefas de recuperação das instalações do abrigo e o reestabelecimento da saúde dos cães.

Esse grupo, em 21 de agosto de 2009 fundou a ONG Vira Lata Vira Vida. De acordo com as informações contidas no site institucional e pelo próprio questionário, a ONG atende anualmente cerca de 300 animais abandonados e vítimas de maus tratos, por meio de um recolhimento seletivo de cães deficientes, idosos, com patologias graves ou vítimas de maus tratos cujo principal objetivo da equipe é que sejam adotados.

O trabalho consiste em restabelecer a saúde dos animais recolhidos, através de tratamentos da medicina tradicional e terapias complementares, tais como fisioterapia, acupuntura, moxabustão e florais. Depois de recuperados, os animais são colocados para adoção.

Nas instalações da organização há um ambulatório e um centro cirúrgico bem equipados e estruturados, contando inclusive com aparelhagem para anestesia inalatória. São realizadas cirurgias gerais e castrações, envolvendo também animais da população de baixa renda. Os animais submetidos às cirurgias ficam sob contínuo acompanhamento de veterinárias, mesmo nos finais de semana e feriados. Além disso, dispõe de um ultrassom para realizar limpeza dos dentes dos nossos cães.

Por meio de parcerias com clínicas veterinárias particulares, promovem cirurgias ortopédicas e oftalmológicas, com o devido acompanhamento pós operatório. Também desenvolvem trabalho de adestramento com alguns animais.

Realizam ações educativas por meio de entrevistas em rádios e palestras em escolas e empresas; campanhas de combate aos maus-tratos a animais e campanhas de castração, prevenindo a superpopulação de animais.·

Sobre o questionário aplicado, esse foi respondido por Maria Cecília Pizzinato que ocupa o cargo de Conselheira Fiscal/Consultiva e que está na organização desde sua fundação.

Acerca do primeiro bloco de questões remetentes as atividades realizadas pela organização, enquanto a ONG Patinhas de Anjo destacou-se quanto as campanhas de bem estar-animal por meio divulgação do veganismo, a ONG Vira Lata Vira Vida possui como diferencial em comparação a primeira entidade a realização de mutirões de castração em bairros periféricos. A viabilidade de tal atividade da-se devido a existência de um centro cirúrgico nas instalações da entidade, o que não ocorre na primeira entidade pois essa não possui estrutura física própria.

Em relação à gestão, notam-se práticas importantes implementadas: a definição clara de visão e valores – as quais facilitam a tomada de decisão; controle financeiro rígido e transparente atrelado à previsão anual de gastos e receitas – o que possibilita que a organização preveja situações de déficit ou superávit futuros e que, assim, possa planejar-se para enfrentar essas situações; a padronização de procedimentos documentados permite que novos voluntários/ colaboradores consigam executar as tarefas sem que a organização fique dependente do conhecimento restrito de algumas pessoas; a comunicação interna horizontalizada e a atualização constante dos meios midiáticos de publicização permitem que tanto voluntários/ colaboradores quanto a sociedade saibam o que ocorre dentro da ONG,

como podem ajudar e como os recursos estão sendo utilizados; por fim, a presença de indicadores é essencial para que se possa mensurar se os resultados esperados no início do trabalho de fato foram alcançados.

Ainda quanto à gestão, a ONG Vira Lata Vira Vida também apresentou alguns pontos a serem melhorados. Assim como a primeira entidade abordada, dado o controle financeiro que ONG Vira Lata Vira Vida já realiza haveria uma facilitação para tornar o sistema de gestão informatizado. Quanto a ausência de planejamento estratégico, a lógica deve ser contrária a ONG Patinhas de Anjo: enquanto essa deve elaborar indicador para medir a eficiência do trabalho por meio do planejamento estratégico que já realiza, a ONG Vira Lata Vira Vida deve, a partir dos indicadores que já utiliza definir um planejamento estratégico por meio de metas e objetivos, os quais, na realidade, já devem existir (por conta da existência dos indicadores) mas não de modo formal.

Sobre os recursos humanos, a ONG Vira Lata Vira Vida possui 2 funcionários terceirizados e 30 voluntários ativos dentre os quais 8 possuem ensino superior completo. Dentre os 30 voluntários ativos, 10 atuam ou na Diretoria ou no Conselho Fiscal/ Deliberativo, sendo que três possuem ensino superior em áreas correlatas a administração. Ainda em comparação a ONG Patinhas de Anjo nota-se que, enquanto a primeira não possui qualquer voluntário com termo de adesão ao voluntariado assinado, a ONG Vira Lata Vira Vida possui todos os voluntários com tal termo assinado. O destaque feito a essa questão justifica-se pela simplicidade do cumprimento dessa lei – promulgada em 1998 - e da segurança que ela proporciona a organização ao oferecer respaldo jurídico no sentido de caracterização do trabalho voluntário como distinto ao assalariado, evitando, assim, possíveis reclamações de ordem trabalhista. Além disso, devido ao caráter de indicador de profissionalização da organização, a adesão ao termo de voluntariado também estimula a entrada de novos voluntários.

O quarto bloco de questões abordou o Histórico, Estrutura Física e Relação com o Meio. Ao longo desses 6 anos de existência a presente ONG não teve suas atividades interrompidas, como ocorreu com a primeira ONG. A estrutura física hoje é uma propriedade particular de terceiro onde a ONG assiste um abrigo de cães e realiza outros tipos de atividades como descritos anteriormente. A relação com as demais ONGs que atuam também nesse segmento no município de Piracicaba é

considerada virtuosa e, ao contrário do que explicitado pela ONG Patinhas de Anjo, essa relação não gera desafios.

Quanto a Captação de Recursos, a organização possui dois parceiros principais: a sociedade e a Prefeitura Municipal. A parceria com o segundo ator se deve ao fato da ONG Vira Lata Vira Vida possuir tanto o título de Utilidade Pública Municipal quanto de Utilidade Pública Estadual.

De acordo com o site do SINBFIR – Sindicatos das Instituições Beneficentes Filantrópicas e Religiosas do estado de São Paulo (2015),

Com o Título de Utilidade Pública Municipal, a entidade passará a gozar dos seguintes benefícios:

- Isenção do IPTU, ISS;
- Auxílio financeiro concedido pelo Poder Público local;
- Isenção de Tarifas Públicas nos Municípios onde esses serviços não foram privatizados (água, luz).

Observação: Cada município elabora sua lei para a concessão do Título de Utilidade Pública.

- Título de Utilidade Pública Estadual

No Estatuto de São Paulo, a declaração de Utilidade Pública é regulada pela Lei nº 2.574, de 4 de dezembro de 1980. Benefícios Estaduais:

- Isenção do ICMS e do IPVA;
- Obtenção de subvenções estaduais.

Dado ambos os títulos, a organização ainda pode pleitear por subvenções estaduais, isto é, explorar parceria com o governo estadual. Além disso, os recursos fornecidos por empresas/fundações nacionais e internacionais são vastos e, devido aos títulos que a organização já possui, captar tais recursos tornar-se-ia mais fácil.

Apesar dos títulos acima citados, quando se analisa as principais fontes de recursos, nota-se que ainda há forte relação para com os recursos dos próprios membros da organização, um aspecto importante a ser considerado, tendo em vista que o futuro almejado pela organização é traçado em direção a profissionalização e, tal prática, contrapõe essa tendência. Quanto aos recursos destinados pela prefeitura, Cecília elucidou que esses são compostos por bens físicos, como ração e medicamentos, os quais, apesar de serem bens essenciais, poderiam ser substituídos por auxílios financeiros que possibilitariam maior mobilidade de utilização por parte da ONG.

Ainda quanto às fontes de recursos, a ONG realiza a digitação de Nota Fiscal Paulista, uma fonte de recursos recente e que possui grande capacidade para

ampliação de receitas, dado o baixo número de consumidores que solicitam a Nota Fiscal Paulista em seu CPF.

A prestação de contas da organização, sexto bloco, segue as normas e diretrizes pertinentes aos títulos que possui, sendo elaborado relatório circunstanciado para o Poder Público e contabilidade formal publicada no jornal e, além disso, a prestação também é compartilhada com voluntários/ colaboradores e a sociedade por meio de afixação na própria sede.

O último bloco elucidou os desafios e futuro almejados. Quanto aos desafios, Cecília relatou como pontos emergenciais a dificuldade em conseguir voluntários comprometidos; a escassez e a dificuldade de captação de recursos. Além desses pontos críticos, citou também a necessidade de políticas públicas voltadas a esse âmbito junto a uma legislação atualizada e eficiente.

Em relação aos pontos importantes, mas não emergenciais, destacou: infraestrutura inadequada, dependência de alguns poucos benfeitores, comodismo gerado na sociedade quanto ao recolhimento e adoção de animais (como citado anteriormente por Michele da ONG Patinhas de Anjo), baixa qualificação profissional dos colaboradores e voluntários para atuar junto ao terceiro setor. O aspecto da infraestrutura, como elencado pela primeira ONG, é fator determinante para aprimorar a qualidade de atendimento/recolhimento dos animais, já a baixa qualificação profissional é uma realidade no Terceiro Setor em geral, isto é, pouco se fala, se pesquisa e se divulga sobre esse Setor.

Os problemas pontuais, por sua vez, foram: falta de planejamento a curto, médio e longo prazo, elevada quantidade de organizações que atuam junto a mesma problemática (também citado anteriormente), administração frágil e desorganizada, conflitos internos. A falta de planejamento, a administração frágil e desorganizada e conflitos internos podem estar todos atrelados a baixa qualificação específica dos voluntários que atuam nesse âmbito.

Quanto ao futuro almejado, segunda parte do último bloco, Cecília esclareceu que a organização busca a qualificação como Utilidade Pública Federal para que possa pleitear maiores auxílios e benefícios a fim de profissionalizar cada vez mais a organização.

Segue quadro comparativo acerca da discussão acima disposta:

Quadro 1 – Comparativo entre a ONG Patinhas de Anjo e a ONG Vira Lata Vira Vida

| QUESTIONÁRIO | ONG Patinhas de Anjo | ONG Vira Lata Vira Vida |
|---|--|---|
| Bloco 1 - Atividades Realizadas | | |
| Atividades Realizadas | Recolhimento e tratamento médico em sedes de terceiros de animais em situação de vulnerabilidade nas ruas ou nas casas de seus tutores; Auxílio ao tratamento de animais cujos tutores não possuem recursos financeiros; Divulgação de campanhas de adoção responsável; Divulgação de animais perdidos; Divulgação de campanhas sobre o bem-estar animal | Recolhimento e tratamento em sua sede de animais encaminhados pelo poder público ou nas ruas em situação de vulnerabilidade; Auxílio ao tratamento de animais cujos tutores não possuem recursos financeiros; Divulgação de campanhas de adoção responsável; Divulgação de animais perdidos; Divulgação de campanhas sobre o bem-estar animal; Campanhas e mutirões de castração em bairros periféricos da cidade. Palestras em escolas, empresas e universidades sobre direitos dos animais. |
| Nº de animais atendidos/ ano em média | 60 cães e 80 gatos | 300 cães |
| Acompanhamento quanto aos animais adotados | Realiza visitas agendadas a princípio de 2 em 2 meses e, após a adaptação, de 6 em 6 meses. Mantém contato com os tutores por mídias sociais. | Realiza visitas agendadas por amostragem e de acordo com a disponibilidade de nossa equipe. Mantém contato direto com os tutores por mídias sociais. |
| Bloco 2 - Ferramentas de Gestão | | |
| Possui clareza entre todos os voluntários e funcionários quanto a missão, visão e valores da ONG | Não | Sim |
| Elaboração de Planejamento Estratégico a curto, médio e longo prazo | Sim | Não |
| Realização de planejamento anual de gastos e receitas | Não | Sim |
| Realização de controle financeiro rígido, transparente e de fácil entendimento | Sim | Sim |
| Utiliza sistema informatizado para gestão | Não | Não |
| Padronização de Procedimentos documentados | Não | Sim |
| Comunicação interna horizontalizada | Sim | Sim |
| Mantem website atualizado | Não | Sim |
| Avalia a eficiência do trabalho por meio de indicadores | Não | Sim |
| Bloco 3 - Recursos Humanos | | |
| Nº de colaboradores com vínculo empregatício | 0 | 2 funcionários terceirizados |
| Nº de voluntários | 8 | 30 |
| Nº de voluntários com termo de adesão ao voluntariado assinado | 0 | 30 |
| Nº de voluntários ligados a administração direta | 5 | 10 |
| Nº de funcionários e voluntários com ensino superior completo | 8 | 8 |
| Nº de funcionários e voluntários com ensino superior completo em administração que atuam no gerenciamento direto da ONG | 1 | 3 |
| Importância dos voluntários para a ONG | Essencial | Essencial |

| QUESTIONÁRIO | ONG Patinhas de Anjo | ONG Vira Lata Vira Vida |
|--|---|--|
| Bloco 4 - Histórico, Estrutura Física e Relação com o Meio | | |
| Interrupção das atividades | Nunca ocorreu | Nunca ocorreu |
| Local onde realiza suas atividades | O acolhimento dos animais é realizado em sedes de terceiros - lares dos protetores independentes -, e as doações físicas recebidas, como rações e medicamentos, ficam armazenados na loja de uma das voluntárias | O acolhimento dos animais é realizado em um abrigo de cães assistido pela ONG e instalado em propriedade particular de terceiros. |
| Relaciamentos com outras ONGs municipais de amparo animal | Trocam experiências | Trocam experiências |
| Importância dada aos relacionamentos com outras ONGs de amparo animal municipais | Muito importantes | Importantes |
| Bloco 5 - Captação de Recursos | | |
| Parceiros mais relevantes em ordem decrescente de importância | 1º - Sociedade e comércio local; 2º - Outras organizações também do Terceiro Setor; 3º - Empresas Nacional, empresas internacionais, associações religiosas e organizações partidárias. | Sociedade e Prefeitura Municipal |
| Fontes de recursos mais relevantes em ordem decrescente de importância | 1º - Doações físicas (bens para consumo ou financeiros), doações jurídicas (bens para consumo ou financeiros), Recursos dos próprios membros da Organização, venda de produtos e eventos e rifas realizadas pela própria Organização; 2º - Doações de associações religiosas (bens para consumo ou financeiros); 3º - Eventos realizados por terceiros. | 1º - Doações físicas (bens para consumo ou financeiros); Recursos dos próprios membros da Organização; Nota Fiscal Paulista e Parceria com o Setor Público Local; 2º - Venda de produtos, eventos e rifas realizados pela própria Organização; 3º - Eventos realizados por terceiros. |
| Bloco 6 - Prestação de Contas | | |
| Atores para os quais presta contas | Aos próprios membros e voluntários da Organização e a sociedade. | Aos próprios membros e voluntários da Organização, a sociedade e ao Poder Público |
| Meio de veiculação | Propaganda na mídia: Blog, site e Facebook | Relatórios circunstanciados, Afixação na sede da Organização e Contabilidade formal publicada em jornal. |
| Bloco 7 - Futuro almejado e desafios | | |
| Título aos qual pretende pleitear junto ao Poder Público | Não pretende pleitear título | Utilidade Pública Federal |
| Problemas Emergencias (P.E), Problemas Importantes mas não emergenciais (P.I) e Problemas Pontuais (P.P) | P.E: Dificuldade em conseguir voluntários, dificuldade na captação de recursos, elevada quantidade de organizações que atuam junto a mesma problemática no município, infraestrutura inadequada, escassez de recursos financeiros, comodismo gerado na sociedade quanto ao recolhimento e adoção de animais | P.E: Voluntários sem comprometimento, dificuldade em conseguir voluntários, dificuldade na captação de recursos, escassez de recursos financeiros, falta de Políticas Públicas voltadas aos direitos animais e uma legislação atualizada e eficaz. P.I: Infraestrutura inadequada, dependência de alguns poucos benfeitores, comodismo gerado na sociedade quanto ao recolhimento e adoção de animais, baixa qualificação profissional dos colaboradores e voluntários para atuar junto ao Terceiro Setor. P.P: Falta de planejamento a curto, médio e longo prazo, elevada quantidade de organizações que atuam junto a mesma problemática, administração frágil e desorganizada, conflitos internos. |

Discussão dos resultados

De modo geral, o presente estudo de caso comparou duas ONGs em estágio de desenvolvimento/profissionalização organizacional distintos. Enquanto a ONG Patinhas de Anjo possui práticas mais informais, paternalistas e movidas fortemente por aspectos subjetivos de suas voluntárias que “vivem” a causa da proteção e amparo animal, a ONG Vira Lata Vira Vida busca de modo mais evidente a profissionalização de suas práticas a fim de aumentar suas fontes de recursos que a possibilitariam aprimorar suas atividades e melhorar suas instalações. Todavia, ambas conseguem atender elevado número de animais anualmente: enquanto a primeira organização atende em média 80 cães e 60 gatos, a segunda atende 300 cães. O que difere, portanto, é a variedade do atendimento que cada uma pode oferecer. Assim, a efetividade ocorre tanto na ONG Patinhas de Anjo quanto na ONG Vira Lata Vira Vida.

Notou-se a dificuldade em ambos os casos tanto para captação de recursos quanto para atrair voluntários para as organizações. Em relação à captação de recursos, há inúmeros meios de capacitação, como cursos, workshop, consultorias e a Associação Brasileira de Captadores de Recursos que propicia gratuitamente, entre outros: literatura ampla sobre a temática, divulgação de eventos e editais abertos. Quanto a atração de novos voluntários são necessários meios de publicização do trabalho realizado pelas ONGs, a fim de que seja despertado o interesse do público pela causa defendida pela organização e também dispor de vagas que também se adequem as particularidades e preferências dos voluntários, não somente às necessidade da organização. Pode-se focar em públicos específicos, como por exemplo, os aposentados, devido à disponibilidade de tempo, e os jovens, dado o vigor para a realização dos trabalhos.

A fidelização dos que já realizam trabalho voluntário, por sua vez, está ligada ao tratamento especial que necessitam receber, de modo que se sintam parte da organização para que assumam suas respectivas responsabilidades enquanto voluntários.

Em relação aos demais pontos críticos verificados, todos podem ser sanados (em prazos distintos, é claro) a partir da capacitação principalmente daqueles que estão à frente das organizações. Embora seja evidente a necessidade das ONGs atuarem em conjunto com o Estado, a profissionalização, embora árdua

no princípio, facilitaria e muito o trabalho dos gestores que poderiam dispor de mais ferramentas para colocar em prática suas competências.

6. Considerações Finais

Quanto aos objetivos inicialmente propostos, o presente trabalho conseguiu discutir de modo conciso acerca da origem vinculada as ONGs do Norte - dos países desenvolvidos e das ONGs do Sul - nomenclatura que denomina as ONGs em desenvolvimento. Em seguida, elucidou a relação de cooperação que apresentam através da exemplificação do caso sueco e finalizou o tópico com a descrição de um cenário global das ONGs cada vez mais exigente em termos de competências, o que promove a progressiva profissionalização desse âmbito ao mesmo tempo, porém, que ocasiona a centralização de recursos em algumas poucas organizações melhor preparadas.

Em relação à caracterização das ONGs de amparo animal no Brasil, devido a escassa literatura a respeito, a evolução dessas organizações foi discutida com bases nas publicações realizadas em 2004, 2008 e 2012 pelo IBGE juntamente com o IPEA, a ABONG e o GIFE, a respeito do perfil das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, nas suas mais diversas áreas de atuação, entre elas, a proteção animal. A partir dessa análise concluiu-se que, após a década de 1990 houve uma explosão no número de organizações de amparo animal no Brasil acompanhado de um aumento gradual no número de trabalhadores assalariados engajados nessa problemática, embora a essência permanecesse no voluntariado. Tal cenário relaciona-se de modo direto com o crescimento no número de animais em situação de abandono no país, conforme publicado pela OMS em 2014.

Em relação ao modelo de gerenciamento mais frequente encontrado nessas ONGs, tomou-se como referência as atividades realizadas e desafios enfrentadas por algumas organizações definidas a priori para elucidar as tendências nesse âmbito. A partir desse estudo, constatou-se a existência de três atividades principais realizadas: o recolhimento e tratamento médico veterinário de animais abandonados e/ou auxílio aos tutores para a realização de tais tratamentos; a divulgação de animais desaparecidos; e a publicização de campanhas de conscientização quanto a adoção responsável, cuidados para com os animais, campanhas de castração, vacinação e contra os maus tratos.

De modo geral, as organizações apresentaram grande dependência para com a sociedade, tanto em termo de recursos quanto em oferta de mão-de-obra voluntária. Em relação às fontes de captação de recursos, notou-se a exploração de

um número limitado de fontes o que implica na restrição do potencial dos trabalhos a serem realizados. Embora não haja estudo a respeito, devido a situações como essa pode-se supor que uma das causas dessa dependência de recursos humanos e financeiros está ligada a baixa qualificação técnica dos gestores para atuarem no terceiro setor, condição essa arraigada no perfil de amadorismo aceito como natural a essas organizações.

A fim de retificar o cenário acima descrito ou de expor outras perspectivas é que foi realizado o estudo de caso com as ONGs: Patinhas de Anjo, de Rio Claro – SP e a Vira Lata Vira Vida, de Piracicaba – SP. Através de pesquisa em websites, e entrevista junto com os gestores além da aplicação de um questionário, notou-se que, tanto as principais atividades realizadas, quantos os desafios enfrentados por ambas as organizações estão presentes no modelo de gerenciamento apresentado, havendo disparidade apenas na complexidade tanto dos serviços ofertados quanto no grau dos problemas vivenciados. A tendência à profissionalização, por sua vez, fez-se presente apenas na ONG Vira Lata Vira Vida.

Em um cenário nacional onde o número de animais abandonados cresce - como indicam as últimas publicações acerca das FASFIL -, e cujo papel exercido pelo Estado como responsável pela proteção da fauna - disposto no inciso VII do artigo 225 da Constituição Federal – é insuficiente, pode-se concluir que, ainda que haja escassez de recursos, dificuldades de encontrar fontes de captação e de atrair voluntários, as ONGs de proteção animal não deixarão de existir e de cumprir seu papel social de acordo com suas capacidades.

Todavia, embora as ONGs não sejam findáveis, a união dessas organizações dentro do próprio município em uma única organização, no caso de Rio Claro, ou duas, no caso de Piracicaba, torná-las-iam muito mais fortes, capazes de arrecadar mais, promover mais eventos, pleitear maiores auxílios e benefícios, gerir melhor e, conseqüentemente, aprimorar as atividades que já realizam e ofertar outras tantas. Isto é, essa opção traria inúmeros benefícios.

Em concomitância a fusão das organizações deveria ocorrer também a capacitação específica para o terceiro setor daqueles que gerem as organizações, pois através dessa capacitação os gestores poderiam conhecer de fato as peculiaridades desse setor, como legislação, obrigações e meios de obtenção de recursos em diferentes esferas. Sem acesso a essas informações a atuação das ONGs acaba tornando-se restrita e muito mais dificultosa.

De modo geral, o presente trabalho pretendeu apresentar a tendência de expansão das ONGs de amparo animal estão inseridas no Brasil e exprimir, através do estudo de caso realizado, os quesitos a serem melhorados em termos de aperfeiçoamento gerencial e elencar os meios tangíveis para tornar os resultados obtidos pelas ONGs de amparo animal mais eficientes e eficazes com base na profissionalização administrativa.

Para que os meios acima descritos sejam colocados em prática e, por conseguinte, que ocorra a melhora dos resultados auferidos, é primordial a adesão dos gestores a esse novo modelo de administração que se afasta do difundido status quo de amadorismo. Assim, a profissionalização constitui uma tendência evidente das Organizações Não-Governamentais de amparo animal no Brasil, ainda que o amadorismo seja aceito como natural nesse âmbito.

7. Referências

ABONG. **O dinheiro das ONGs: Como as Organizações da Sociedade Civil sustentam suas atividades - e porque isso é fundamental para o Brasil.** **Observatório da Sociedade Civil.** 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/211/ABONG_O_DINHEIRO_DAS_ONGS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 20 set. 2015

AICA. 2015. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/ApoiIndependenteACausaAnimal>>. Acesso em 10 set. 2015.

ALVES, M. A. Terceiro Setor: as origens do conceito. **Encontro anual da Anpad.** v. 26, 2002. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/10/01-b-Alves-2002.pdf>. Acesso em 01 ago. 2015.

AMPARA ANIMAL. 2015. Disponível: <<http://www.amparanimal.org.br/>>. Acesso em: 08 set. 2015.

APASFA. 2015. Disponível em: <<http://www.apasfa.org/quem/oque.shtml>>. Acesso em 13 set. 2015.

BARNEY, J. B.; HESTERLY, W. S. **Administração Estratégica e Vantagem Competitiva.** São Paulo: Pearson Prentice Hall Brasil, 2011

BARRENO, Arthur de Vasconcelos P. **Saúde pública veterinária: futuro e retrospectiva.** 2009. Disponível em: <<http://www.bv.fapesp.br/namidia/noticia/34512/saude-publica-veterinaria-futuro-retrospectiva/>>. Acesso em 29.09.2015

BEBBINGTON et al. ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina. In: _____. **Reflexões sobre a relação norte-sul na construção de conhecimentos sobre as ONGs na América Latina.** São Paulo: Abong; Peirópolis, 2002. p. 93-118

BNDES. Terceiro setor e desenvolvimento social. AS/GESET. **Relato Setorial.** n. 3. Julho/2001. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/tsetor.pdf. Acesso em. 22 jul. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20 set. 2015.

CALEGARE, M. G. A.; JUNIOR, N. S. A “construção” do Terceiro Setor no Brasil: da Questão Social à Organizacional. **Psicologia Política**. v. 9, n. 17, . p. 129-148. jan. - jun. 2009. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v9n17/v9n17a09.pdf>>. Acesso 23 ago. 2015.

CANEPARO, C. J. F. **Políticas públicas de proteção animal: O Programa RDPA do município de Curitiba e sua efetividade perante o direito animal**. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1003/1/CT_PPGPGP_M_Caneparo%20c%20Camila%20Juliana%20Francisco_2014.pdf.pdf>. Acesso em: 21 set. 2015

CÃO SEM DONO. 2015. Disponível em: <<http://www.caosemdono.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 13 set. 2015.

CARDOSO, U. C.; CARNEIRO, V. L. N.; RODRIGUES, E. R. Q. OSCIP: organização da sociedade civil de interesse público. Brasília : **Sebrae**, 2014. 38p. Disponível em: <<http://bis.sebrae.com.br/bis/download.zhtml?t=D&uid=d859d470786e9468569ec9ba3c8b7496>>. Acesso em: 02 out. 2015.

CESAR, Ana Maria R. V. C. **Método do Estudo de Caso (Case Studies) ou Método do Caso (Teaching Cases)? Uma análise dos dois métodos no Ensino e Pesquisa em Administração.** Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/remac/jul_dez_05/06.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2015.

CHARNET, E.; CHAMON, E. M. Q. de O.; CAMARINI, G. Evolução e história das organizações sem fins lucrativos. **X Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade**

do Vale do Paraíba. 2006. Disponível em: <
http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2006/epg/05/EPG00000554%20ok.pdf>.
Acesso em 25 jul. 2015.

COUTINHO, J. **As ONGs: origens e (des)caminhos.** v. 13, 2014. Disponível em: <
http://www.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_joana.pdf>. Acesso em 15 jun. 2015.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Disponível em:
<http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/novo/Documentos/Portaria_1271_06jun2014.pdf>. Acesso em 22.10.2015

Digitais PUC – Campinas. **Cresce para 30 milhões o número de animais abandonados no Brasil.** Disponível em: <
<https://digitaispuccampinas.wordpress.com/2014/02/27/cresce-para-30-milhoes-o-numero-de-animais-abandonados-no-brasil/>>. Acesso em: 05 mai. 2015.

FALCONER, A. P. **A promessa do terceiro setor: Um Estudo sobre a Construção do Papel das Organizações Sem Fins Lucrativos e do seu Campo de Gestão.** Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor. Universidade de São Paulo. 1999. Disponível em: <
<http://empreende.org.br/pdf/ONG's,%20OSCIP'S%20e%20Terceiro%20Setor/A%20promessa%20do%20terceiro%20setor%20-%201.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

GARCIA, R. de C. M.; MALDONADO, N. A. C.; LOMBARDI, A. Controle populacional de cães e gatos: Aspectos éticos. **Ciênc. vet. tróp.**, Recife-PE, v. 11, suplemento 1, p.106-110, abril, 2008. Disponível em: <<http://www.rcvt.org.br/suplemento11/106-110.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2015.

GOUVEIA, Flávia. Terceiro Setor: ONGs enfrentam desafios e ocupam espaço da ação pública. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 6-8, apr./june. 2007. Disponível em: < <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v59n2/a03v59n2.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

HUDSON, M. **Administrando Organizações do Terceiro Setor – O desafio de Administrar sem receita.** Trad. James F. Sunderland Cook. São Paulo: Makron Books, 1999, p. 12.

HUMANIMAL. 2015. Disponível em: < <http://www.humanimal.org.br/index.asp>>. Acesso em 12 set. 2015

IBGE. As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil. Estudos e Pesquisa - Informação Econômica Número 20. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: < ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes_Privadas_e_Associacoes/2010/fasfil.pdf>. Acesso em 15 jul. 2015.

IBGE. As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil. Estudos e Pesquisa - Informação Econômica Número 08. Rio de Janeiro. 2005. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2005/fasfil.pdf>>. Acesso em 12 jul. 2015.

IBGE. As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil. Estudos e Pesquisa - Informação Econômica Número 04. 2. ed. Rio de Janeiro. 2002. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/fasfil.pdf> > Acesso em 4 jul. 2015.

LANDIM, L. Ações em sociedade – militância, caridade, assistência, etc, Rio de Janeiro, NAU – Instituto de estudos da religião (ISER), 1998. **“Experiência militante”: histórias das assim chamadas ONGs.** Rio de Janeiro: NAU, 2002, p. 215-239. Disponível em: <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/landim.rtf>>. Acesso em 16 maio. 2015

LESTER, S. A emergência do terceiro setor – uma revolução associativa global. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 5-11, janeiro/março, 1998. Disponível em: < <http://www.rausp.usp.br/download.asp?file=3301005.pdf>>. Acesso em 29 jul. 2015.

MEIRELES, E. C. de.; EL-AOUAR, W. A. O desafio das Ongs ante a minimização do papel do Estado no cenário global. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 09, n. 3, julho/setembro. 2002 Disponível em: < <http://www.regeusp.com.br/arquivos/v9n3art1.pdf>>. Acesso em 13 jun. 2015.

MEU AMIGO CÃO. 2015. Disponível em: <<http://www.meuamigocao.org/>>. Acesso em: 13 set. 2015.

NETO, F. L. As Organizações Não Governamentais no Limiar do Novo Século: da Caridade Cristã ao Profissionalismo Engajado. **Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio.** n. 12, jan/dez, 2013, pp. 43-60. Disponível em: < <http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/07%20-%20artigo%203%20-%20%20Lima%20Neto.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

ONDA ANIMAL. 2015. Disponível em: <<http://onda-animal.com.br/>>. Acesso em 12 set. 2015.

OPAR. 2015. Disponível em: <<http://www.oparsjc.org/index.html>>. Acesso em: 12 set. 2015.

PATA MANAUS. 2015. Disponível em: <<http://www.patamanaus.org/index.php?pagina=comoajudar.php#localizador>>. Acesso em 13 set. 2015.

PINTO, Céli R. J. **As ONGs e a Política no Brasil: Presença de Novos Atores.** v. 49, n. 03, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/dados/v49n3/a08v49n3.pdf>>. Acesso em 01 jun. 2015.

RODRIGUES, A. L. **Modelos de gestão e inovação social em organizações sem fins lucrativos: um estudo comparativo de casos no Brasil e no Québec** (Canadá : Província). Tese de Doutorado – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 2005, 295 p.

SANGLARD, G. **Filantropia e Assistencialismo no Brasil.** v. 10, p. 1095-98, set-dez. 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v10n3/19316.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2015

SILVA, A. A. G. S. **As ONGs como instrumento de política externa no contexto da cooperação internacional para o desenvolvimento: O caso dos Estados Unidos e da Suécia.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e

Cooperação Internacional, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/16526>>. Acesso em 17 set. 2015.

SILVA, Amalin Vieira da. **Como empreendedores sociais constroem e mantêm a sustentabilidade de seus empreendimentos**. 2009. p.102. Dissertação de mestrado. Fundação Getúlio Vargas - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8788/1418703.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 07 jun. 2015

SINDICATO DAS ENTIDADES BENEFICENTES. Utilidade Pública. Disponível em: <<http://www.sinbfir.org.br/juridico/164-declaracao-de-utilidade-publica>>. Acesso em 23.10.2015

SMITH, David Horton. **Four Sectors or Five? Retaining the Member-Benefit Sector**. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*. v. 20, n. 2, Summer, 1991.

SORJ, B. Sociedades Civas e Relação Norte Sul: Ongs e Dependência. **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**. Novembro, 2005. Disponível em: <http://www.centroedelstein.org.br/PDF/WorkingPapers/WP_1_Portugues.pdf>. Acesso em: 01 set. 2015.

SOUZA, A. S de. Direitos dos animais domésticos: análise comparativa dos estatutos de proteção. **Rev. Direito Econ. Socioambiental**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 110-132, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/direitoeconomico?dd99=pdf&dd1=14818>>. Acesso em: 21 set. 2015.

UNESCO. Educação popular na América Latina: desafios e perspectivas. In: BALBIN, J. **Ongs, desafios e perspectivas: Uma reflexão inconclusa**. — Brasília, 2005. 266p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=654-vol4americalatina-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 13 set. 2015.

VILLA, R. A. D. Formas de influências das Ongs na política internacional contemporânea. **Revista de Sociologia e Política**, n. 12, p. 21-33, junho. 1999.

Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n12/n12a02.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

VIVA BICHO. 2015. Disponível em: <<http://vivabicho.org/>>. Acesso em: 13 set. 2015.

WORLD ANIMAL PROTECTION. 2015 Disponível em: < <http://www.worldanimalprotection.org.br/>>. Acesso em 08 set. 2015.

YIN, R. K. **Estudo de caso – planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman. 2001.

8. APÊNDICE A – Questionário aplicado no estudo de caso

Informações básicas sobre a Organização

Nome da organização: _____

Caso possua sede, qual o logradouro?

Rua/Av: _____ Nº: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Email institucional: _____

Site Institucional: _____

Data de fundação/criação da Organização: ____/____/____

Sobre o entrevistado

Nome completo: _____

Cargo/Função ocupada na Organização: _____

Tempo em que atua na Organização: _____

Grau de instrução: _____

1 - Atividades Realizadas

1. 1. Quanto às atividades exercidas pela Organização, assinale as que são realizadas:

[] Recolhimento de animais em situação de vulnerabilidade nas ruas (em sua sede ou sede de terceiros)

[] Recolhimento de animais em situação de vulnerabilidade nas casas de seus tutores por meio de denúncia (em sua sede ou sede de terceiros)

Recolhimento de animais encaminhados pelo poder público (em sua sede ou sede de terceiros)

Tratamento dos animais recolhidos

Tratamento/ auxílio ao tratamento de animais cujos tutores não possuem recursos financeiros

Divulgação de campanhas de adoção responsável

Divulgação de animais perdidos

Divulgação de campanhas sobre o bem-estar animal

Outras. Quais?

1. 2. A organização possui controle de quantos animais ela atende anualmente? _____ . Se sim, quantos são? _____

1. 3. Em relação aos animais adotados, a Organização realiza algum tipo de acompanhamento junto aos novos tutores? Assinale a(s) alternativa(s) correspondente(s):

Realiza visitas agendadas. Se sim, com que frequência?

Mantém contato direto com os tutores

Outros tipos de acompanhamento. Quais?

Não realiza acompanhamento

2. Ferramentas de Gestão

2.1. Em relação as práticas gerenciais, assinale abaixo as alternativas que correspondem àquelas presentes em sua organização:

- A Organização possui missão, visão e valores bem definidos conhecidos por voluntários e colaboradores
 - É realizado um planejamento estratégico a curto, médio e longo prazo que descreva onde a Organização está, onde ela quer chegar (seus objetivos estratégicos) e como fará isso (suas atividades e projetos).
 - Realiza-se uma previsão anual de gastos e receitas
 - Mantem-se um controle financeiro rígido, transparente e de fácil entendimento
 - A organização funciona hoje integralmente ou em sua maioria de modo eletrônico, por meio de programas como o Excel ou sistemas informatizados, por exemplo.
 - Há uma padronização de procedimentos documentados (descrição minuciosa de como realizar as atividades)
 - A comunicação entre colaboradores é horizontalizada (conhecimento a todos)
 - As informações contidas em site, blogs e demais mídias são sempre atualizadas
 - A organização realiza avaliação de suas atividades por meio de indicadores já existentes, modificados de acordo com sua necessidade ou mesmo criados internamente.
 - Outras práticas que queira descrever _____
-
-

3 - Recursos Humanos

3. 1. Quantos colaboradores com vínculo empregatício a organização possui?

[] Nenhum

[] Entre 1 e 5

[] Entre 6 e 10

[] Mais que 10

3. 2. Quantos voluntários a organização possui? _____

3. 3. Em relação à quantidade de voluntários acima descrita, quantos possuem termo de adesão ao voluntariado assinado? _____

3. 4. Quantos desses voluntários dedicam-se ao gerenciamento (administração direta) da organização? _____

3. 5. Dentre colaboradores e voluntários, quantos possuem ensino superior completo? _____

3. 6. Entre os que possuem ensino superior completo (entre colaboradores e voluntários), quantos desses possuem graduação em cursos correlatos a administração e atuam no gerenciamento da Organização? _____

3. 7. Os colaboradores participam de cursos de capacitação e treinamento profissional? _____ Se sim, com que frequência, em média? _____

3. 8. Caso possuam voluntários, qual a importância que você acredita que eles tenham para sua organização?

Muito importantes

Importantes

Pouco importantes

4 - Histórico, estrutura física e relação com o meio

4. 1. Desde sua fundação, a organização teve suas atividades interrompidas em algum período? Assinale qual o principal motivo dentre os que estão abaixo listados. Caso não saiba ou a organização não tenha sofrido esse processo, assinale a alternativa respectiva a essa situação.

Falta de recursos materiais, de capital ou humanos

Conflitos internos entre os próprios associados

Falta de know-how na área de atuação

Existência de outra organização já consolidada na área capaz de atender a demanda sozinha

Outro. Qual? _____

A Organização não sofreu interrupção de suas atividades

A Organização encontra-se inativa

Não sabe

4. 2. Onde a Organização realiza suas atividades?

Em local cedido pela iniciativa privada

Em local cedido pelo poder público

Em local cedido por algum associado

Na residência de algum associado

- Compartilha local com outra Organização
 - Não possui local fixo
 - Caso não possua local fixo, depende de outras pessoas/entidades? Se sim, que tipos de locais para o desenvolvimento de atividades esses lhe fornecem?
-

4. 3. A Organização conhece outras organizações que atuam nessa área e atendam a mesma demanda? Como se dá esse relacionamento? Assinale a alternativa correspondente.

- Conhece e trocam experiências
- Conhece mas não compartilham experiências.
- Não conhece

4. 4. Caso tenha assinalado que conhece outras organizações e que há compartilhamento de experiências, como você classificaria a importância dessa troca de experiência para o aprimoramento do trabalho exercido por sua organização?

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante

5 - Captação de Recursos

5. 1. A organização possui parceiros que a ajudam a exercer suas atividades? Enumere com “1” as parcerias mais importantes, com “2” as que são razoavelmente importantes e com “3” as que existem, mas que pouco impacto geram.

- Empresas Nacionais

-] Empresas Internacionais
-] Outras Organizações também do Terceiro Setor
-] Associações Religiosas
-] Organizações partidárias
-] Sociedade
-] Outros parceiros. Quais? _____
-] Não possui parceiros

5. 2. Em relação às fontes de recursos da Organização, enumere-as segundo ordem de importância, isto é, “1” para as que são muito importantes, “2” para as que são razoavelmente importantes, “3” para as que são pouco importantes e “4” para as fontes que não são exploradas.

-] Doações físicas (bens para consumo ou financeiros)
 -] Doações jurídicas (bens para consumo ou financeiros)
 -] Doações de associações religiosas (bens para consumo ou financeiros)
 -] Recursos dos próprios membros da Organização
 -] Venda de produtos
 -] Eventos e rifas realizados pela própria Organização
 -] Eventos realizados por terceiros
 -] Fontes de recursos internacionais
 -] Outras fontes de recursos. Quais? _____
-

6 - Prestação de Contas

6. 1. A Organização realiza prestação de contas? Se sim, assinale para quais atores:

] Aos próprios membros e voluntários da Organização

] Aos benfeitores

] A sociedade

] Outros. Quais? _____

] Não realiza prestação de contas

] Não saber informar

6. 2. Como é veiculada a prestação de contas?

] Relatórios circunstanciados

] Folhetos ou folders

] Propaganda na mídia: site, blog, facebook.

] Afixação na sede da Organização

] Correspondência encaminhada aos benfeitores

] Outros meios. Quais? _____

] Não sabe informar

7 - Futuro almejado e desafios

7. 1. A Organização pretende se qualificar com algum título junto ao Poder Público?

] Sim, pretende qualificar-se com o título de OSCIP Municipal, Estadual ou Federal

] Sim, pretende qualificar-se com o título de Utilidade Pública Municipal, Estadual ou Federal

Pretende qualificar-se mas ainda não sabe para qual título

Não pretende qualificar-se

Não sabe informar

7. 2. Assinale dentre as alternativas abaixo aqueles que representam, em sua opinião, os problemas enfrentados por sua Organização. Assinale com “1” os problemas emergenciais, com “2” os problemas que são relevantes, mas não emergenciais, e com “3” os menores problemas.

Baixa qualificação profissional dos colaboradores e voluntários para atuar junto ao Terceiro Setor

Voluntários sem comprometimento

Dificuldade em conseguir voluntários

Conflitos internos

Administração frágil e desorganizada

Dificuldade na captação de recursos

Existência de outras organizações que atuam em atividades similares

Infraestrutura inadequada

Escassez de recursos financeiros

Missão que não coincide com as atividades realizadas

Falta de planejamento a curto, médio e longo prazo

Má reputação perante a sociedade

Desconhecimento da organização pela maior parte da sociedade

Dependência de alguns poucos benfeitores

Comodismo gerado na sociedade quanto ao recolhimento e adoção de animais

[] Outros. Quais? _____
